



2022

REGULAMENTO

DE

LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA

DE

TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

E

RESPECTIVA TABELA

Deliberado pela Câmara Municipal da Maia em 14/12/2021
Aprovado pela Assembleia Municipal em 22/12/2021

INDICE

PREAMBULO	5
TÍTULO I - Parte geral	7
<hr/>	
CAPÍTULO I - Disposições gerais	7
SECÇÃO I- Objeto e Tabelas	7
Artigo 1.º - Objeto	7
Artigo 2.º Tabela e atualização das taxas e outras receitas municipais	7
CAPÍTULO II – Incidência	8
SECÇÃO I - Incidência objetiva e subjetiva	8
Artigo 3.º - Incidência objetiva	8
Artigo 4.º - Incidência subjetiva	8
SECÇÃO II - Isenções e reduções	9
Artigo 5.º - Enquadramento	9
Artigo 6.º - Isenções gerais	9
Artigo 7.º - Isenções e Reduções específicas	9
Artigo 8.º - Isenções, Dispensas, Reduções aplicáveis à Urbanização e Edificação	11
Artigo 9.º - Procedimento de isenção ou redução	12
Artigo 10.º - Competência	13
CAPÍTULO III - Da liquidação	14
SECÇÃO I - Procedimento de liquidação	14
Artigo 11.º - Liquidação	14
Artigo 12.º - Prazo para a liquidação	14
Artigo 13.º - Documento de liquidação	14
Artigo 14.º - Regras específicas relativas à Liquidação	15
Artigo 15.º - Liquidação de impostos devidos ao Estado	15
Artigo 16.º - Notificação da liquidação	15
Artigo 17.º - Conteúdo da notificação	16
Artigo 18.º - Forma de notificação	16
Artigo 19.º - Revisão do ato de liquidação	17
Artigo 20.º - Autoliquidação das taxas em geral	18
Artigo 21.º - Termos específicos da autoliquidação para a Urbanização e Edificação	18
Artigo 22.º - Caducidade	19
CAPÍTULO IV - Do pagamento e do seu não cumprimento	19
SECÇÃO I – Pagamento	19
Artigo 23.º - Momento do Pagamento	19
Artigo 24.º - Prazo geral	20
Artigo 25.º - Regras de contagem	20
Artigo 26.º - Forma de pagamento	20
Artigo 27.º - Requisitos da dação em cumprimento ou pagamento	21
Artigo 28.º - Requisitos da compensação	21
Artigo 29.º - Pagamento por terceiro	21
SECÇÃO II - Pagamento em prestações	22
Artigo 30.º - Pedido	22
Artigo 31.º - Requisitos	22
Artigo 32.º - Garantias de Pagamento em Prestações	23
Artigo 33.º - Decisão	23
SECÇÃO III - Consequências do não pagamento	23
Artigo 34.º - Extinção do procedimento	23
Artigo 35.º - Juros de mora	23
Artigo 36.º - Cobrança coerciva	24
Artigo 37.º - Título executivo	24
Artigo 38.º - Requisitos dos títulos executivos	24
Artigo 39.º - Prescrição	25

TÍTULO II - Procedimento Administrativo	25
CAPÍTULO I - Disposições comuns	25
Artigo 40.º - Iniciativa procedimental	25
Artigo 41.º - Conferição da assinatura nos requerimentos ou petições	26
Artigo 42.º - Dispensa dos originais dos documentos	26
Artigo 43.º - Devolução de documentos	26
Artigo 44.º - Suprimento de deficiência de instrução	26
Artigo 45.º - Documentos urgentes	27
CAPÍTULO II – Licenças e Autorizações	27
Artigo 46.º - Emissão do alvará de licença e autorização	27
Artigo 47.º - Validade	27
Artigo 48.º - Contagem dos prazos das licenças e autorizações	27
Artigo 49.º - Publicidade dos períodos para renovação de licenças e autorizações	28
Artigo 50.º - Renovação das licenças e autorizações	28
Artigo 51.º - Licenças e autorizações com renovação automática	28
Artigo 52.º - Licenças e autorizações renováveis anualmente	29
Artigo 53.º - Licenças e autorizações renováveis mensalmente	29
Artigo 54.º - Licenças e autorizações diárias	29
Artigo 55.º - Apresentação de pedidos fora dos prazos	29
Artigo 56.º - Averbamento de alvarás de licenças e autorizações por Alteração da Titularidade	29
Artigo 57.º - Cessação das licenças e autorizações	30
Artigo 58.º - Exibição de documentos	30
CAPÍTULO III - Taxa devida pela remoção dos obstáculos administrativos à realização de operações urbanísticas	30
SECÇÃO I - Operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos	30
Artigo 59.º - Emissão do alvará de licença de loteamento com obras de urbanização	30
Artigo 60.º - Emissão de alvará ou admissão de loteamento	31
Artigo 61.º - Emissão de alvará ou admissão de obras de urbanização	31
Artigo 62.º - Emissão de alvará ou admissão de trabalhos de remodelação dos terrenos	31
SECÇÃO II - Obras de Edificação e outras operações urbanísticas	31
Artigo 63.º - Emissão de alvará ou admissão de obras de edificação	31
Artigo 64.º - Emissão de alvará ou admissão de outras operações urbanísticas	32
Artigo 65.º - Legalização	32
SECÇÃO III - Alvará de Autorização de Utilização	32
Artigo 66.º - Autorização de utilização e de alteração de uso	32
SECÇÃO IV - Situações Especiais	32
Artigo 67.º - Obras de demolição, escavação e contenção periférica	32
Artigo 68.º - Emissão de alvarás de licença parcial	33
Artigo 69.º - Renovação	33
Artigo 70.º - Prorrogações	33
Artigo 71.º - Execução por fases	33
Artigo 72.º - Licença especial relativa a obras inacabadas	33
Artigo 73.º - Informação prévia	33
SECÇÃO V - Atos Diversos	34
Artigo 74.º - Ocupação do domínio público	34
Artigo 75.º - Vistorias	34
Artigo 76.º - Operações de destaque	34
Artigo 77.º - Receção de obras de urbanização	34
Artigo 78.º - Despesas de Publicação	34
Artigo 79.º - Cauções	35
Artigo 80.º - Serviços administrativos	35
TÍTULO III - Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TMU)	35
SECÇÃO I - Disposições Gerais	35
Artigo 81.º - Natureza e fins	35
Artigo 82.º - Infraestruturas urbanísticas	36
Artigo 83.º - Âmbito de aplicação	36
SECÇÃO II – Cálculo	36
Artigo 84.º - Cálculo do valor da Taxa Municipal pela Realização, Reforço e Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas	36
Artigo 85.º - Pagamento da TMU em espécie	39
Artigo 86.º - Taxa Complementar pela Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas	39

TÍTULO IV - Compensações por não cedências no âmbito da urbanização e edificação	39
Artigo 87.º - Compensações ao Município	39
Artigo 88.º - Compensação em numerário	40
Artigo 89.º - Compensações em espécie	41
Artigo 90.º - Alterações	41
Artigo 91.º - Pagamento em prestações	41
TÍTULO V - Contraordenações	42
Artigo 92.º - Contraordenações	42
Artigo 93.º - Competência	42
Artigo 94.º - Sanções acessórias	42
TÍTULO VI - Garantias fiscais	43
Artigo 95.º - Garantias	43
TÍTULO VII - Disposições finais	44
Artigo 96.º - Interpretação e Integração de Lacunas	44
Artigo 97.º - Regime transitório	44
Artigo 98.º - Documentos técnicos, minutas e formulários	45
Artigo 99.º - Normas alteradas e revogadas	45
Artigo 100.º - Entrada em vigor	45
ANEXO – Zonas geográficas	46
TABELA DE TAXAS	53

REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

PREÂMBULO

O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, e a Lei das Finanças Locais, possibilitaram que os municípios criassem taxas pelas utilidades prestadas aos particulares, geradas pelas suas atividades ou resultantes da realização de investimentos municipais, dentro das suas atribuições e competências, sempre balizadas pelos princípios da equivalência, da justa repartição de recursos e da publicidade, o que se traduz num reforço significativo da autonomia dos municípios na criação e regulação há muito esperada em matéria de taxas.

Em contrapartida, tal implica um aumento da responsabilização nesta matéria, sendo imprescindível a criação de um instrumento claro e acessível, de aplicação transversal a todos os Regulamentos do Município Maia, ainda que de forma supletiva, que permita aos munícipes e serviços aceder e conhecer com facilidade as regras que lhes são aplicáveis.

Além disso, não obstante as alterações pontuais que têm vindo a ser introduzidas, verifica-se a necessidade de revisão profunda do Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas do concelho da Maia, de forma a assegurar a adequação às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, bem como a evolução que se tem vindo a verificar na prática urbanística municipal, designadamente as orientações estratégicas do atual Plano Diretor Municipal e a reflexão construtiva que tem sido feita internamente no que toca à fórmula de cálculo da taxa municipal de urbanização.

Pretende-se, portanto, através do presente, a criação de um quadro regulamentar único, assente na simplificação de procedimentos, com melhoria do funcionamento interno dos Serviços, o que se traduzirá numa melhoria do serviço público prestado, com salvaguarda dos princípios da legalidade, prossecução do interesse público, igualdade, imparcialidade, capacidade contributiva e justiça social.

O presente Regulamento estabelece, na primeira parte, um conjunto de disposições respeitantes às bases de incidência objetiva e subjetiva, isenções e reduções, liquidação, cobrança, meios de pagamento (incluindo o pagamento em prestações), consequências do incumprimento e garantias.

Na segunda parte são previstas regras de procedimento relativamente a algumas matérias específicas, para as quais não se justifica a criação de regulamentação autónoma, mas cujos aspetos particulares se torna ainda necessário concretizar.

Finalmente, agregam-se numa tabela única as concretas previsões das taxas e demais receitas, com os respetivos valores associados e métodos de cálculo aplicáveis, diferenciadas por matérias, nestas se prevendo as taxas em matéria urbanística, que deixam de estar previstas em documento regulamentar autónomo. A criação das taxas respeitou o princípio da prossecução do interesse público local e, para além da satisfação das necessidades financeiras pretende-se a promoção de finalidades sociais, económicas, culturais e ambientais, razão pela qual foram criados mecanismos de incentivo a determinados atos, operações ou atividades, cujo resultado se traduz numa diminuição dos valores relativamente aos custos associados. Por outro lado, foram levados em conta critérios de racionalidade sustentada à prática de certos atos ou benefícios auferidos pelos particulares, motivados pelo impacto negativo decorrente dessas atividades ou a estes associados ou motivados pela utilização exclusiva, cumprindo-se as competências em matéria de organização, regulação e fiscalização.

Em cumprimento do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais encontra-se anexa, por forma a instruir o presente Regulamento, a fundamentação económico-financeira das taxas previstas, tendo sido levados em conta critérios económico-financeiros, adequados à realidade do Município, bem como os princípios da proporcionalidade, equivalência jurídica e da justa repartição dos encargos públicos, procurando a necessária uniformização dos valores das taxas cobradas.

O Regulamento e a Tabela de Taxas e Outras Receitas em anexo, têm como diplomas e normas habilitantes o artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, o n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 53 — E/2006, de 29 de dezembro (Regime geral das taxas das autarquias locais), as alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime jurídico das autarquias locais), os artigos 14.º, 15.º, 16.º, 20.º, 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), o Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, (Lei Geral Tributária) e o Decreto -Lei n.º 433/99, de 26 de outubro (Código de Procedimento e de Processo Tributário), todas na sua redação atual.

Em cumprimento do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei 4/2015 de 7 de janeiro, a presente alteração foi publicitada no Diário da República, 2.ª série, com o objetivo de ser posto à discussão pública, pelo período de 30 dias, para recolha de sugestões dos interessados.

Findo o prazo de consulta supra mencionado não foram apresentadas sugestões tendo em vista a sua ponderação na redação final do documento.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovou na 2.ª sessão extraordinária de 7 de novembro de 2016 a 2.ª alteração ao Regulamento de

Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, que entrará em vigor no dia 1 do mês seguinte ao da publicação do Diário da República.

TÍTULO I

Parte geral

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Objeto e Tabelas

Artigo 1.º

Objeto

- 1 - O presente Regulamento consagra as disposições regulamentares com eficácia externa aplicáveis na área do Município Maia em matéria de taxas e outras receitas municipais, prevendo o seu âmbito de incidência, liquidação, cobrança e pagamento, bem como a respetiva fiscalização e o regime sancionatório supletivo de infrações conexas, quando não especialmente previstas noutros Regulamentos Municipais.
- 2 - As tarifas praticadas pelas empresas municipais e pelos serviços municipalizados, são criadas sob proposta do Conselho de Administração dessas entidades e aprovada pela Câmara Municipal sendo que a respetiva liquidação e cobrança são da inteira responsabilidade dessas entidades.

Artigo 2.º

Tabela e atualização das taxas e outras receitas municipais

- 1 - O valor das taxas devidas ao Município e demais receitas municipais, com fixação dos respetivos quantitativos, consta da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, que se junta em anexo a este Regulamento e que faz parte integrante do mesmo.
- 2 - Os valores das taxas e outras receitas municipais previstos na Tabela referida no número anterior serão atualizados anualmente com base na taxa de inflação, mediante proposta a incluir no Orçamento Municipal, nas Normas de Execução Orçamental, sendo a taxa de atualização afixada no edifício dos Paços de Concelho, nas sedes das Juntas de Freguesia através de Edital e demais locais de estilo, bem como publicitadas na página da Internet do Município, para vigorar a partir do dia 1 de Janeiro de cada ano económico.

- 3 - Os valores em euros resultantes da atualização da Tabela, serão arredondados para a segunda casa decimal por excesso caso o valor da casa decimal seguinte seja igual ou superior a cinco, e por defeito no caso contrário.
- 4 - Excetuam-se da regra de atualização antes definida o conjunto de taxas e outras receitas cuja atualização é fixada em legislação especial.

CAPÍTULO II

Incidência

SECÇÃO I

Incidência objetiva e subjetiva

Artigo 3.º

Incidência objetiva

- 1 - As taxas são tributos fixados no âmbito das atribuições das autarquias locais, de acordo com os princípios previstos no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais e na Lei das Finanças Locais, que, traduzindo o custo da atividade pública, incidem sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do Município:
 - a) Na prestação concreta de um serviço público local;
 - b) Na utilização privada de bens do domínio público e do domínio privado do Município;
 - c) Na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares.
- 2 - Os preços e demais instrumentos de remuneração incidem sobre os serviços prestados e bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas municipais e não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços ou fornecimento desses bens.
- 3 - Os preços das prestações de serviços ao público que não integram o conceito de taxa constarão de outros documentos a aprovar pela Câmara Municipal, nos termos da legislação específica aplicável.

Artigo 4.º

Incidência subjetiva

- 1 - O sujeito ativo da obrigação de pagamento das taxas previstas no presente Regulamento é o Município Maia.
- 2 - São considerados sujeitos passivos, todas as pessoas singulares ou coletivas ou outras entidades legalmente equiparadas que estejam vinculadas ao pagamento das taxas e

outras receitas municipais, nos termos do presente Regulamento, incluindo: o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e de outras Autarquias Locais.

- 3 - As isenções e reduções previstas no presente Regulamento respeitam os princípios da legalidade, igualdade de acesso, imparcialidade, capacidade contributiva e justiça social e visam a justa distribuição dos encargos, o incentivo da atividade económica na área do Município, a dinamização do espaço público e o apoio às atividades com fins de interesse público municipal.

SECÇÃO II

Isenções e reduções

Artigo 5.º

Enquadramento

As isenções e reduções estabelecidas foram ponderadas em função da manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos respetivos sujeitos passivos assim como à luz do fomento de eventos e condutas que o Município visa promover e apoiar, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, designadamente no que concerne à cultura, ao combate à infoexclusão e à disseminação dos valores locais, sem prejuízo de uma preocupação permanente com a proteção dos estratos sociais mais débeis, desfavorecidos e carenciados no que concerne às pessoas singulares.

Artigo 6.º

Isenções gerais

Estão isentas do pagamento de taxas e demais receitas constantes da Tabela em anexo ao presente Regulamento, desde que disso façam prova adequada:

- a) As entidades públicas ou privadas a quem a lei expressamente confira tal isenção e nos termos em que a mesma deva ser concedida;
- b) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as instituições particulares de solidariedade social, bem como as de mera utilidade pública, relativamente aos atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários, desde que lhes tenha sido concedida pelo ministério das Finanças isenção do respetivo IRC pelo Ministério das Finanças, ao abrigo do Código do IRC.

- c) As pessoas constituídas na ordem jurídica canónica relativamente aos factos ou atos direta e imediatamente destinados à prossecução de fins e atividades de carácter religioso.
- d) O disposto na alínea anterior aplica-se também às diversas confissões religiosas que não a Católica, desde que reconhecidas nos termos da Lei da Liberdade Religiosa.
- e) As pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica, designadamente que sejam beneficiárias do rendimento social de inserção e cujo rendimento familiar seja igual ou inferior ao valor máximo atribuível no âmbito do rendimento social de inserção ou cujo agregado familiar viva exclusivamente de pensões de reforma abaixo de duas retribuições mínimas mensais, desde que para benefício exclusivo e próprio.

Artigo 7.º

Iisenções e Reduções específicas

- 1 - Às associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente aos atos e factos que se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal, poderão ser estabelecidas isenções ou reduções das respetivas taxas de apreciação e licenciamento previsto na tabela anexa a este regulamento, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC, o que deverá ser comprovado mediante a apresentação do competente documento.
- 2 - As entidades mencionadas no ponto antecedente ficam ainda isentas do pagamento das taxas relativas a placas, tabuletas ou outros factos meramente alusivos à sua identificação, a colocar nas respetivas instalações.
- 3 - As associações e fundações desportivas, culturais e recreativas sem fins lucrativos, legalmente constituídas, beneficiam da isenção do pagamento das taxas devidas pelos licenciamentos e autorizações exigíveis para a realização de iniciativas e eventos integrados no âmbito das suas finalidades estatutárias.
- 4 - Estão isentas do pagamento de taxas as Freguesias e as empresas de capitais exclusivamente municipais instituídas pelo Município da Maia, relativamente aos atos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins constantes dos respetivos estatutos, diretamente relacionados com os poderes delegados pelo Município.
- 5 - Estão igualmente isentos do pagamento de taxas os partidos e coligações, registados de acordo com a lei, relativamente aos diferentes meios publicitários.
- 6 - Os deficientes físicos estão também isentos do pagamento das taxas relativas à ocupação do domínio público com rampas fixas de acesso.

- 7 - Poderá, ainda, haver lugar à isenção ou redução de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada do respetivo Pelouro.
- 8 - Poderá a Câmara Municipal por deliberação fundamentada propor à Assembleia Municipal a aprovação da isenção total ou parcial a quaisquer outras entidades das taxas previstas na tabela anexa, em conformidade com o n.º 3 do artigo 4.º do presente regulamento.
- 9 - Desde que o requeiram, estão também isentas do pagamento das taxas de reprodução de documentos escritos ou desenhados, as pessoas singulares ou coletivas que desenvolvam trabalhos de carácter pedagógico e ou científico, na sua totalidade sempre que o fornecimento seja efetuado em formato digital, e parcialmente quando o fornecimento seja por via da reprodução em papel, incorrendo nos custos de reprodução mínimos constantes do ponto 7. do Quadro I da Tabela anexa ao presente Regulamento.
- 10 - Estão também sujeitas a isenção ou redução do pagamento das taxas as situações específicas previstas nas notas aos quadros da tabela anexa a este regulamento, desde que os interessados venham juntar comprovativos do preenchimento dos requisitos neles definidos e, sempre que aplicável, previamente o requeiram.
- 11 - A Assembleia Municipal poderá ainda deliberar a isenção ou redução temporária de taxas, mediante proposta da Câmara Municipal, devidamente fundamentada, e relativamente a situações ou eventos de manifesto e relevante interesse municipal de âmbito social, económico e/ou ambiental.

Artigo 8.º

Isenções, Dispensas, Reduções aplicáveis à Urbanização e Edificação

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 6.º e 7.º estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente regulamento referentes ao controlo prévio de operações urbanísticas as entidades públicas ou privadas que beneficiem do regime de isenção de taxas previsto em preceito legal, bem como as pessoas coletivas de utilidade pública, as instituições particulares de solidariedade social, relativamente aos atos e factos que sejam de interesse municipal e que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários, desde que lhes tenha sido concedida pelo Ministério das Finanças isenção do respetivo IRC.
2. Estão ainda isentas do pagamento das taxas previstas no presente regulamento referentes ao controlo prévio de operações urbanísticas as freguesias e as empresas de capitais exclusivamente municipais relativamente aos atos e factos decorrentes da

prosseção dos seus fins estatutários e diretamente relacionados com os poderes delegados pelo Município.

3. Ficam dispensadas de pagamento total ou parcial da Taxa Municipal de Urbanização, nos termos do Quadro constante no n.º 6 do presente artigo:
 - a) As pessoas singulares ou coletivas que realizem operações urbanísticas que promovam a salvaguarda e melhoria de edifícios cujo valor arquitetónico ou histórico seja expressamente reconhecido em plano municipal de ordenamento do território;
 - b) As cooperativas e as associações culturais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente a atos e factos que sejam de interesse municipal e se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários;
 - c) As operações urbanísticas que, em casos devidamente justificados, por razões de ordem social ou interesse coletivo, a Câmara Municipal delibere reduzir ou isentar da taxa;
 - d) As pessoas singulares ou coletivas que realizem operações urbanísticas que promovam a transferência de atividades industriais ou de armazenagem, devidamente licenciadas, com evidentes impactes ambientais negativos, existentes em áreas residenciais, para áreas empresariais, previstas em PMOT's.
4. O requerimento a que se refere o n.º 5 do artigo 9.º pode ser apresentado após a liquidação da taxa e antes do decurso do prazo para o respetivo pagamento, devendo, em qualquer caso, a deliberação da Câmara Municipal ter lugar até trinta dias após a receção do pedido.
5. A apresentação do pedido mencionado no número anterior suspende o decurso do prazo de pagamento.
6. As situações passíveis de redução e respetivos critérios de concessão são as que constam do quadro seguinte:

Tipologia das situações	Redução passível de ser concedida e respetivos critérios
Pessoas singulares ou coletivas que realizem operações urbanísticas que promovam a salvaguarda e melhoria de edifícios cujo valor arquitetónico ou histórico seja expressamente reconhecido em plano municipal de ordenamento do território	A redução pode ir de 25% a 75% consoante a natureza da operação urbanística e a classificação do imóvel

<p>Cooperativas e associações culturais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente a atos e factos que sejam de interesse municipal e se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários</p>	<p>A redução pode ir de 25% a 100% consoante a natureza da operação urbanística e o grau da sua contribuição para a satisfação das necessidades do Município</p>
<p>Pessoas singulares ou coletivas que realizem operações urbanísticas que, em casos devidamente justificados, por razões de ordem social ou interesse coletivo, a Câmara Municipal delibere reduzir ou isentar da taxa</p>	<p>Redução de 25% a 100%, a definir em função da natureza da operação urbanística</p>
<p>As pessoas singulares ou coletivas que realizem operações urbanísticas que promovam a transferência de atividades industriais ou de armazenagem, devidamente licenciadas, com evidentes impactes ambientais negativos, existentes em áreas residenciais, para áreas empresariais, previstas em PMOT's</p>	<p>Redução de 25% a 75%, a definir em função da natureza da operação urbanística, das melhorias introduzidas ao nível ambiental, paisagístico e de qualificação do território concelhio</p>

Artigo 9.º

Procedimento de isenção ou redução

1- As isenções ou reduções de taxas e outras receitas previstas nos artigos anteriores são precedidas de requerimento fundamentado a apresentar pelo interessado, acompanhado dos documentos comprovativos da situação em que se enquadre, e ainda, quando aplicável:

a) Tratando -se de pessoa singular:

- i - Cópia do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte ou do Cartão Único;
- ii- Última declaração de rendimentos e respetiva nota de liquidação (IRS) ou comprovativo de isenção, emitido pelo Serviço de Finanças;
- iii- Declaração de rendimentos anuais auferidos emitida pela entidade pagadora.

- b) Tratando -se de pessoa coletiva:
- i - Cópia do cartão de pessoa coletiva;
 - ii - Cópia dos estatutos ou comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;
 - iii - Última declaração de IRC e respetivos anexos ou comprovativo de isenção de IRC.
- 2 - O requerimento de isenção ou redução é objeto de análise pelos serviços competentes no respetivo processo, para verificação do cumprimento dos requisitos previstos e consideração dos respetivos fundamentos e, antes de serem submetidos a despacho, devem colher prévia informação da Divisão de Finanças e Património, que procederá ao devido enquadramento formal no regulamento.
- 3 - As isenções ou reduções previstas neste capítulo não dispensam os interessados de requerer a prévia autorização ou licenciamento municipal a que haja lugar, nem permitem aos beneficiários a utilização de meios suscetíveis de lesar o interesse municipal.
- 4 - As isenções e reduções constantes nos artigos 6.º e 7.º aplicam-se quando não exista regulamento municipal específico que regule a matéria ou não as preveja e não são cumuláveis com quaisquer outras que resultem de diploma legal, regulamento ou preceito próprio.
- 5 - No caso do urbanismo o requerimento deve ser instruído com todos os elementos que permitam a apreciação da pretensão, designadamente de estudos técnicos, dos estatutos das entidades em causa, ou de documento comprovativo do estabelecimento de ensino ou de investigação.
- 6 - A deliberação da Câmara Municipal que se pronuncie sobre o preenchimento dos requisitos para a isenção de taxas ou delibere a dispensa ou redução das mesmas deve ser sempre fundamentada, debruçando-se especificadamente sobre as razões para o deferimento ou indeferimento do pedido apresentado e sobre, se for caso disso, a graduação da redução a conceder.

Artigo 10.º

Competência

- 1 - Compete ao Presidente da Câmara, com faculdade de delegação, decidir sobre as isenções ou reduções previstas no artigo 6.º e no artigo 7.º, neste com exceção das previstas nos números 7 e 8.

- 2 - Compete à Câmara Municipal, podendo delegar no Presidente da Câmara Municipal, este com a faculdade de subdelegação decidir sobre as isenções ou reduções previstas nos artigos a 8.º.

CAPÍTULO III

Da liquidação

SECÇÃO I

Procedimento de liquidação

Artigo 11.º

Liquidação

A liquidação das taxas e outras receitas municipais consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores definidos na Tabela em anexo a este Regulamento ou noutras Tabelas de Taxas, cujos Regulamentos remetam para o presente e dos elementos fornecidos pelos interessados, nos termos e condições do presente Regulamento.

Artigo 12.º

Prazo para a liquidação

- 1 - A liquidação de taxas e outras receitas municipais será efetuada pelos serviços dentro dos seguintes prazos:
- a) Aquando da entrada do requerimento, nos casos em que tal esteja previsto no presente regulamento e na Tabela a este anexa, e sempre que tal seja possível;
 - b) Aquando da notificação ao requerente do deferimento do requerimento apresentado.
 - c) Nas taxas referentes às operações urbanísticas, que não tenham que ser liquidadas nos termos da alínea a), com o deferimento final do pedido conforme o disposto no n.º 1 do artigo 117.º do RJUE;
- 2 - A liquidação do valor das taxas é efetuada autonomamente no “Balcão do empreendedor”, salvo nos seguintes casos em que os elementos necessários à realização do pagamento por via eletrónica podem ser disponibilizados pelo município nesse balcão, no prazo de cinco dias após a comunicação ou o pedido:
- a) Taxas devidas pelos procedimentos respeitantes a operações urbanísticas;
 - b) Taxas devidas pela ocupação do espaço público cuja forma de determinação não resulta automaticamente do “Balcão do empreendedor”.

Artigo 13.º

Documento de liquidação

- 1 - A liquidação das taxas e outras receitas municipais consta de documento próprio, na qual se fará referência aos seguintes elementos:
 - a) Identificação do sujeito passivo com indicação da morada ou sede e número fiscal de contribuinte/número de pessoa coletiva;
 - b) Discriminação do ato, facto ou contrato sujeito a liquidação;
 - c) Enquadramento na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais;
 - d) Cálculo do montante a pagar, resultante da conjugação dos elementos referidos nas anteriores alíneas b) e c) do presente artigo.
- 2 - O documento mencionado no número anterior designar-se-á Guia Receita/Factura e fará parte integrante do respetivo processo administrativo.
- 3 - A liquidação de taxas e outras receitas municipais não precedida de processo far-se-á nos respetivos documentos de cobrança.
- 4 - A liquidação das taxas poderá ter como suporte documental a fatura eletrónica, nos termos previstos na lei.

Artigo 14.º

Regras específicas relativas à Liquidação

1. O cálculo das taxas e outras receitas municipais, cujo quantitativo esteja indexado ao ano, mês, semana ou dia, far-se-á em função do calendário, considerando-se para o efeito semana de calendário o período de sete dias (de Segunda-feira a Domingo).
2. Os valores atualizados devem ser arredondados, conforme se apresentar o terceiro algarismo depois da vírgula:
 - a) Se for inferior a 5, arredonda-se para o cêntimo mais próximo por defeito;
 - b) Se for igual ou superior a 5, arredonda-se para o cêntimo mais próximo por excesso.

Artigo 15.º

Liquidação de impostos devidos ao Estado

Aos valores constantes na tabela anexa, acresce sempre que devido, o Imposto sobre o Valor Acrescentado e o Imposto de Selo, respetivamente, à taxa legal em vigor ou nos valores estabelecidos no Código do Imposto de Selo.

Artigo 16.º

Notificação da liquidação

- 1 - A notificação da liquidação é o ato pelo qual se leva a Guia Receita/Fatura ou documento semelhante ao conhecimento do requerente.
- 2 - Os atos praticados em matéria de taxas e outras receitas municipais só produzem efeitos em relação aos respetivos sujeitos passivos quando estes sejam validamente notificados, nos termos do disposto no artigo 18º do presente regulamento.

Artigo 17.º

Conteúdo da notificação

- 1 - Da notificação da liquidação devem constar os seguintes elementos:
 - a) Conteúdo da deliberação ou sentido da decisão;
 - b) Fundamentos de facto e de direito;
 - c) Prazo de pagamento voluntário;
 - d) Meios de defesa contra o ato de liquidação;
 - e) Menção expressa ao autor do ato e se o mesmo foi praticado no uso de competência própria, delegada ou subdelegada;
 - f) A advertência, sempre que aplicável, de que a falta de pagamento no prazo estabelecido, quando a este haja lugar, implica a cobrança coerciva da dívida.
- 2 - A notificação será acompanhada da respetiva Guia Receita/Fatura ou documento equivalente.

Artigo 18.º

Forma de notificação

- 1 - A liquidação será notificada ao interessado por carta registada com aviso de receção, salvo nos casos em que, nos termos da lei, esta não seja obrigatória.
- 2 - Nos casos de renovação de licenças ou autorizações que não digam respeito a notificação far-se-á por carta simples, aviso/fatura.
- 3 - A notificação considera-se efetuada na data em que for assinado o aviso de receção e efetuada na própria pessoa do notificando, mesmo quando o aviso de receção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do requerente, presumindo -se, neste caso, que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.

- 4 - No caso de a carta registada com aviso de receção ser devolvida pelo facto de o destinatário se ter recusado a recebê-la, ou não a ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais, e não se comprovar que, entretanto, o notificando comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, a notificação será efetuada nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de receção, presumindo-se efetuada a notificação, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.
- 5 - No caso da recusa de recebimento ou não levantamento da carta, previstos no número anterior, a notificação presume-se feita no 3.º dia posterior ao do registo ou no 1.º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil.
- 6 - A notificação por carta registada simples aplica-se aos casos não previstos no n.º 1, e presumem-se feitas no 3.º dia posterior ao do registo ou no 1.º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil.
- 7 - As notificações referidas no número anterior poderão ser efetuadas, por telefax ou via Internet, desde que seja possível confirmar posteriormente o conteúdo da mensagem e o momento em que foi enviada.
- 8 - Quando a notificação for efetuada nos termos do número anterior, presume-se que foi feita na data de emissão, servindo de prova, respetivamente, a cópia do aviso donde conste a menção de que a mensagem foi enviada com sucesso, bem como a data, hora e número de telefax do recetor ou o extrato da mensagem efetuado pelo funcionário, o qual será incluído no processo.

Artigo 19.º

Revisão do ato de liquidação

- 1 - Poderá haver lugar à revisão oficiosa do ato de liquidação pelo respetivo serviço ou por iniciativa do sujeito passivo, nos prazos estabelecidos na Lei Geral Tributária, com fundamento em erro de facto ou de direito.
- 2 - A revisão dos atos de liquidação de taxas e outras receitas, anulação de documentos de cobrança ou restituição de importâncias pagas ou estornos de receita, compete ao Departamento de Administração Geral e Suporte à Atividade, mediante proposta dos serviços municipais devidamente fundamentada e subscrita ou confirmada pelos respetivos Diretores/Chefes de Divisão e aprovada pelo Presidente da Câmara.
- 3 - A revisão do ato de liquidação do qual resultou prejuízo para o município obriga o serviço que procedeu à liquidação inicial, a promover de imediato a liquidação adicional a que houver direito, desde que o quantitativo resultante desta seja igual ou superior a 5 euros,

estando este valor sujeito a atualização nos termos do previsto, para os valores das taxas, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º deste Regulamento.

- 4 - O devedor será notificado por carta registada com aviso de receção para no prazo de 15 dias pagar a diferença.
- 5 - Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo de pagamento, os meios de defesa, o autor do ato e menção, a delegação ou subdelegação e a advertência, sempre que aplicável, de que o não pagamento no prazo implica a possibilidade de cobrança coerciva nos termos legais.
- 6 - O pedido de revisão do ato de liquidação por iniciativa do sujeito passivo deverá ser instruído com os elementos de prova que se mostrem necessários a uma correta apreciação do pedido.
- 7 - Sem prejuízo da responsabilidade contraordenacional que daí resulte, quando o erro do ato de liquidação for da responsabilidade do sujeito passivo, nomeadamente por falta ou inexatidão dos elementos que estivesse obrigado a fornecer, nos termos das normas legais e regulamentares aplicáveis, este será responsável pelas despesas que a sua conduta tenha causado.
- 8 - Quando por erro imputável aos serviços, se verifique ter havido erro na liquidação e cobrança de quantia superior à devida, deverão os serviços, promover de imediato a restituição oficiosa da quantia indevidamente recebida, tendo em conta o previsto pelo n.º 2 do presente artigo e de acordo com o previsto pela Lei Geral Tributária.
- 9 - Não produzem direito a restituição os casos em que, a pedido dos interessados, sejam introduzidas nos processos alterações ou modificações que venham a ser produtoras de valores inferiores aos inicialmente cobrados.

Artigo 20.º

Autoliquidação das taxas em geral

- 1 - A autoliquidação refere-se à determinação do valor da taxa a pagar pelo sujeito passivo, seja ele o contribuinte direto, o seu substituto legal ou o responsável legal.
- 2 - Sempre que a lei ou regulamento o preveja a autoliquidação das taxas e outras receitas, deverá o requerente promover a mesma e o respetivo pagamento.
- 3 - O Requerente deverá remeter cópia do pagamento efetuado nos termos dos números anteriores ao Município, conforme for a situação, aquando do seu requerimento ou do início da atividade sujeita a pagamento da taxa ou.

- 4 - Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é inferior ao valor efetivamente devido, o requerente será notificado do valor correto a pagar assim como do prazo para efetuar o respetivo pagamento.
- 5 - A falta de pagamento do valor referido no número anterior dentro do prazo fixado pelo Município tem por efeito a extinção do procedimento.
- 6 - Caso o Município venha a apurar que o montante pago pelo requerente na sequência da autoliquidação é superior ao valor efetivamente devido, o requerente será notificado do valor correto a pagar, sendo-lhe restituído o montante pago em excesso.
- 7 - NIB: 0018 0002 08998747001 71

Artigo 21.º

Termos específicos da autoliquidação para a Urbanização e Edificação

1. À autoliquidação das taxas no âmbito das operações urbanísticas, aplicam-se ainda as disposições específicas previstas nos números seguintes.
2. No caso de deferimento tácito, caso o Presidente da Câmara Municipal ou o vereador com poderes delegados, não liquide a taxa no prazo que vier a ser estipulado pode o sujeito passivo depositar ou caucionar o valor que calcule nos termos do artigo 113.º do Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE).
3. Nas hipóteses de comunicação prévia, a liquidação é feita pelo sujeito passivo, de acordo com os critérios previstos no presente Regulamento e Tabela de Taxas anexa.
4. Enquanto não estiver em funcionamento o sistema informático a que se refere o artigo 8.º-A do RJUE, devem os serviços notificar o requerente do valor resultante da liquidação das taxas devidas pela respetiva operação urbanística, efetuada ao abrigo da Tabela de Taxas anexa a este Regulamento.
5. Nos casos de operações urbanísticas promovidas pela administração pública, nos termos do artigo 7.º do RJUE, deve a Câmara Municipal, no momento em que profira o parecer sobre as mesmas, indicar o valor das taxas a suportar.
6. As entidades a que alude o número anterior pagam as taxas de acordo com o procedimento de autoliquidação.

Artigo 22.º

Caducidade

O direito de liquidar as taxas e outras receitas caduca se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos da data em que o facto tributário ocorreu, sem prejuízo das regras específicas aplicáveis às operações urbanísticas.

CAPÍTULO IV

Do pagamento e do seu não cumprimento

SECÇÃO I

Pagamento

Artigo 23.º

Momento do Pagamento

- 1 - Não pode ser praticado nenhum ato ou facto a ele sujeito sem prévio pagamento das respectivas taxas e outras receitas municipais, salvo nos casos expressamente permitidos.
- 2 - Nos casos em que legalmente seja admitida a formação de deferimento tácito é devido o pagamento da taxa que seria exigida pela prática dos atos expressos.
- 3 - A prática ou utilização do ato ou facto sem o prévio pagamento, para além de estar sujeito a tributação, constitui contraordenação punível nos termos do presente Regulamento.
- 4 - Sempre que seja emitida guia de receita/fatura, as taxas e outras receitas previstas na Tabela de Taxas em anexo ao presente Regulamento, consoante o caso, devem ser pagas na Tesouraria Municipal ou nos postos de cobrança autorizados pelo órgão executivo, no próprio dia da emissão ou no prazo fixado.
- 5 - As taxas relativas à apreciação do processo serão cobradas no momento da apresentação do requerimento.

Artigo 24.º

Prazo geral

O prazo para pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais e levantamento dos respetivos documentos que as titulem é de 30 dias a contar da notificação para pagamento efetuada pelos serviços competentes, salvo nos casos em que a lei ou regulamento fixe prazo ou procedimento específico.

Artigo 25.º

Regras de contagem

- 1 - Os prazos para pagamento são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

- 2 - O prazo que termine em sábado, domingo ou feriado transfere -se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 26.º

Forma de pagamento

- 1 - O pagamento das taxas previstas na tabela anexa deve ser efetuado:
 - a) Na tesouraria municipal;
 - b) Nos postos de cobrança devidamente autorizados pelo órgão executivo.
- 2 - Os pagamentos poderão efetuar-se: em moeda corrente, por cheque, Multibanco, débito em conta, transferência bancária e vale postal ou por outros meios utilizados pelos serviços dos correios.
- 3 - No caso de pedidos via Internet o pagamento poderá ser feito através das caixas ATM ou on-line através de cartão de débito e ou crédito, desde que o serviço esteja disponibilizado.
- 4 - As taxas podem ainda ser pagas, por dação em cumprimento, dação em pagamento ou por compensação, quando tal seja compatível com o interesse público.
- 5 - As taxas extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção nos termos da Lei Geral Tributária.
- 6 - O Município não pode negar a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado autárquico em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito deduzir reclamação ou impugnação e for prestada, nos termos da lei, garantia idónea.
- 7 - De todos os pagamentos efetuados ao município será emitido documento comprovativo do mesmo, a conservar pelo titular durante o seu período de validade.

Artigo 27.º

Requisitos da dação em cumprimento ou pagamento

- 1 - Para o pagamento das dívidas resultantes de taxas é aceite a dação em cumprimento pela entrega de bens móveis ou imóveis.

- 2 - Só serão aceites para dação em cumprimento ou pagamento, bens para os quais se demonstre haver um interesse público ou social na sua utilização, e desde que esses bens possuam valor equivalente às taxas a pagar, definido pela Comissão de Avaliação de terrenos constituída anualmente pela Câmara Municipal.
- 3 - À dação em cumprimento ou pagamento aplicam-se as regras previstas para a dação em pagamento no Código de Procedimento e Processo Tributário com as necessárias adaptações.

Artigo 28.º

Requisitos da compensação

- 1 - A compensação como forma de pagamento é admitida tendo por base a iniciativa do sujeito ativo ou do sujeito passivo da relação jurídico-tributária, sem prejuízo da avaliação do interesse público pela aceitação de tal forma de pagamento.
- 2 - As regras aplicáveis à compensação são as previstas pelo Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações.
- 3 - Excetua-se do previsto neste artigo as compensações no âmbito da Taxa Municipal de Urbanização (TMU) e por não cedências no âmbito da urbanização e edificação, aos quais se aplicará o regime específico para as mesmas previsto no presente Regulamento.

Artigo 29.º

Pagamento por terceiro

- 1 - O pagamento das taxas pode ser efetuado pelo devedor ou por terceiro.
- 2 - O pagamento das taxas por terceiro não confere a este a titularidade dos processos, sendo necessário para tal, solicitar a alteração da titularidade dos mesmos juntando os elementos que provem essa alteração.
- 3 - A emissão do documento de quitação das taxas em nome do terceiro, efetuar-se-á, se houver deferimento do pedido de alteração da titularidade dos processos.

SECÇÃO II

Pagamento em prestações

Artigo 30.º

Pedido

- 1 - O pagamento em prestações, a requerimento devidamente fundamentado, pode ser autorizado.
- 2 - O pedido para pagamento em prestações é apresentado pelo interessado, mediante requerimento, dentro do prazo para pagamento voluntário e deve conter as seguintes referências:
 - a) Identificação do requerente;
 - b) Natureza da dívida;
 - c) Número de prestações pretendido;
 - d) Motivos que fundamentam o pedido;
 - e) Prestação de garantia idónea, quando exigível.
- 3 - O requerente acompanha o pedido dos documentos necessários, designadamente, os destinados a comprovar que a sua situação económica não permite o pagamento integral da dívida de uma só vez, no prazo estabelecido.

Artigo 31.º

Requisitos

- 1 - O número de prestações não pode exceder as doze e o mínimo de cada uma não pode ser inferior ao valor da Unidade de Conta, salvo em situações devidamente fundamentadas.
- 2 - Excetua-se do previsto no número anterior as taxas constantes da Tabela anexa referentes às operações urbanísticas, em que o número de prestações mensais não pode exceder o prazo inicial previsto para a execução da respetiva operação e, em qualquer caso, não pode ser superior a trinta e seis prestações, devendo, ainda, e tratando-se da taxa municipal de urbanização ou da compensação pela não cedência, ser prestada caução nos termos do RJUE.
- 3 - No caso do deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponde ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros de mora contados sobre o respetivo montante desde o termo

do prazo para pagamento voluntário até à data do pagamento efetivo de cada uma das prestações.

- 4 - O pagamento de cada prestação é devido durante o mês a que esta corresponder.
- 5 - A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes, assegurando-se a execução fiscal da dívida remanescente mediante a extração da respetiva certidão de dívida.

Artigo 32.º

Garantias de Pagamento em Prestações

- 1 - Com o pedido deverá o requerente oferecer caução idónea, a qual pode ser prestada através de garantia bancária, depósito em dinheiros, seguro-caução ou qualquer meio suscetível de assegurar o pagamento da dívida, acrescida dos juros de mora.
- 2 - Nos casos em que o valor da taxa ou outra receita seja igual ou inferior duas vezes a retribuição mínima mensal garantida fica o requerente dispensado da constituição de caução, desde que não tenha outros débitos por regularizar, seja qual for a sua natureza, da sua responsabilidade ao Município da Maia, salvo se tiverem sido objeto de reclamação ou impugnação judicial e tiver sido depositada caução nos termos de legislação aplicável, em vigor.
- 3 - No caso das operações urbanísticas, o pagamento em prestações é sempre sujeito a prestação de caução ou de qualquer meio suscetível de assegurar o pagamento do valor liquidado, nos termos do RJUE.

Artigo 33.º

Decisão

- 1 - Compete ao Presidente da Câmara Municipal, com faculdade de delegação, autorizar o pagamento em prestações.
- 2 - No caso de operações urbanísticas, compete a Câmara Municipal, podendo esta delegar no Presidente da Câmara, com a faculdade de subdelegação, autorizar o pagamento em prestações.

SECÇÃO III

Consequências do não pagamento

Artigo 34.º

Extinção do procedimento

O não pagamento das taxas e outras receitas municipais no próprio dia da emissão da guia de receita/fatura, quando outro prazo não seja estabelecido, implica a extinção do procedimento, por caducidade ou qualquer outro meio legalmente previsto.

Artigo 35.º

Juros de mora

Findo o prazo de pagamento voluntário das taxas e outras receitas municipais liquidadas e que constituam débitos ao Município, começam a vencer-se juros de mora à taxa legal, fixada de acordo com a legislação específica aplicável.

Artigo 36.º

Cobrança coerciva

- 1 - Consideram-se em dívida todas as taxas e outras receitas municipais, relativamente às quais o interessado usufruiu do facto, do serviço ou do benefício, sem o prévio pagamento.
- 2 - Consideram-se em débito, as taxas que tenham por base atos automaticamente renováveis e enquanto se verificarem os pressupostos desses atos, logo que notificada a liquidação nos termos legais.
- 3 - O não pagamento das taxas implica a extração das respetivas certidões de dívida e seu envio aos serviços competentes, para efeitos de execução fiscal.
- 4 - Para além da execução fiscal, a falta de pagamento das licenças renováveis previstas no presente Regulamento e Tabela anexa determina a sua não renovação para o período imediatamente seguinte.

Artigo 37.º

Título executivo

A execução fiscal tem por base os seguintes títulos executivos:

- a) Certidão extraída do título de cobrança relativo a taxas e outras receitas municipais suscetíveis de cobrança em execução fiscal;
- b) Certidão do ato administrativo que determina a dívida a ser paga;
- c) Qualquer outro título ao qual, por lei especial, seja atribuída força executiva.

Artigo 38.º

Requisitos dos títulos executivos

- 1 - Só se considera dotado de força executiva o título que preencha obrigatoriamente os seguintes requisitos:
 - a) Menção da entidade emissora ou promotora da execução e respetiva assinatura, que poderá ser efetuada por chancela nos termos do Código de Procedimento e de Processo Tributário;
 - b) Data em que foi emitido;
 - c) Nome e domicílio do ou dos devedores;
 - d) Natureza e proveniência da dívida e indicação, por extenso, do seu montante.
- 2 - No título executivo deve ainda indicar-se a data a partir da qual são devidos juros de mora, respetiva taxa e a importância sobre que incidem.

Artigo 39.º

Prescrição

- 1 - As dívidas por taxas e outras receitas às autarquias locais prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- 2 - A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- 3 - A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano, por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

TÍTULO II
Procedimento Administrativo

CAPÍTULO I
Disposições comuns

Artigo 40.º
Iniciativa procedimental

- 1 - Ressalvados os casos especialmente previstos em lei ou regulamento, a atribuição de autorizações, licenças ou a prestação de serviços pelo município deverá ser precedida da apresentação de requerimento, para apreciação, que deve conter as seguintes menções:
 - a) Dirigido ao Presidente da Câmara Municipal;
 - b) A identificação do requerente, com indicação do nome completo, número do bilhete de identidade e de contribuinte, ou do cartão de cidadão, residência e qualidade em que intervém;
 - c) A exposição dos factos em que se baseia o pedido e, quando tal seja possível ao requerente, os respetivos fundamentos de direito;
 - d) A indicação da pretensão em termos claros e precisos;
 - e) A data e a assinatura do requerente ou de outrem a seu rogo.
- 2 - O requerimento poderá ser apresentado em mão, enviado por correio, fax, e-mail ou outros meios eletrónicos disponíveis.
- 3 - Os requerimentos deverão ser elaborados em modelos normalizados e em uso nos serviços, sempre que os respetivos formulários estejam disponíveis.
- 4 - Os documentos solicitados pelos interessados podem ser-lhes remetidos pelo correio por via postal simples, desde que estes tenham manifestado esta intenção juntando à petição envelope devidamente endereçado e estampilhado.
- 5 - Aos requerimentos apresentados acresce uma taxa de apreciação prevista na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 41.º
Conferição da assinatura nos requerimentos ou petições

Salvo quando a lei expressamente imponha o reconhecimento notarial da assinatura nos requerimentos ou petições, aquela, sempre que exigível será conferida pelos serviços

recebedores, através da exibição do bilhete de identidade do signatário do documento ou documento equivalente.

Artigo 42.º

Dispensa dos originais dos documentos

- 1 - Para a instrução de processos administrativos gratuitos é suficiente a fotocópia de documento autêntico ou autenticado.
- 2 - Sem prejuízo da obrigatória receção da fotocópia a que alude o número anterior, quando haja dúvidas fundadas acerca do seu conteúdo ou autenticidade, pode ser exigida a exibição de original ou documento autêntico para conferência, devendo para o efeito ser fixado o prazo de cinco dias.
- 3 - Se o documento autêntico ou autenticado constar em arquivo, o funcionário competente aporá a sua assinatura na respetiva fotocópia, declarando a sua conformidade com o original.
- 4 - As fotocópias de documentos reconhecidos nos termos dos números anteriores não produzem fé pública.

Artigo 43.º

Devolução de documentos

- 1 - Os documentos autênticos ou autenticados apresentados pelos requerentes para comprovar afirmações ou factos de interesse particular poderão ser devolvidos quando dispensáveis.
- 2 - Sempre que os documentos autênticos ou autenticados sejam dispensáveis, mas o respetivo conteúdo deva ficar apenso ao processo e o apresentante manifeste interesse na posse dos mesmos, os serviços extrairão as fotocópias necessárias e devolverão o original, cobrando o valor correspondente à Tabela anexa.
- 3 - O funcionário que proceder à devolução dos documentos aporá a sua assinatura e data na fotocópia declarando a sua conformidade com o original.

Artigo 44.º

Suprimento de deficiência de instrução

Sempre que no processo se verifique qualquer deficiência que possa ser suprida por diligência direta dos serviços municipais, estes providenciarão aquela diligência, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 45.º

Documentos urgentes

1. Aos documentos cuja emissão seja requerida com carácter de urgência, cobrar-se-á o acréscimo de 25% das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento,
2. Tais pedidos são tratados com prioridade e são satisfeitos no prazo de 3 dias a contar da data de entrega, salvo quando sujeito a despacho ou deliberação, caso em que serão satisfeitos no primeiro dia útil a contar daquele.

CAPÍTULO II

Licenças e Autorizações

Artigo 46.º

Emissão do alvará de licença e autorização

Na sequência do deferimento do pedido de licenciamento ou autorização e mediante o pagamento das taxas, os serviços municipais assegurarão a emissão do Alvará de Licença e Autorização, no qual deverá constar:

- a) A identificação do titular (nome, morada ou sede e número de identificação fiscal);
- b) O objeto do licenciamento ou autorização, localização e principais características;
- c) As condições impostas no licenciamento e autorização;
- d) A validade, prazo e número de ordem;
- e) A identificação do Serviço Municipal emissor.

Artigo 47.º

Validade

- 1 - As licenças ou autorizações terão o prazo de validade delas constantes, podendo reportar-se ao dia, semana, mês ou ano civil, determinado em função do respetivo calendário.
- 2 - As licenças e as autorizações anuais caducam no último dia do ano para que foram concedidas.
- 3 - As licenças e autorizações concedidas por outro período de tempo certo caducam no último dia do prazo para que foram concedidas.
- 4 - O pedido de renovação de licença deverá ser obrigatoriamente solicitado antes do 30.º (trigésimo) dia anterior à sua caducidade.

Artigo 48.º

Contagem dos prazos das licenças e autorizações

- 1- Os prazos mencionados no presente Regulamento contam-se seguidos nos termos do disposto no artigo 279.º do Código Civil.
- 2- O prazo que termine em Sábado, Domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 49.º

Publicidade dos períodos para renovação de licenças e autorizações

- 1- O Município publicará por Edital, a remeter para as Juntas de Freguesia e afixar nos locais de estilo e no *site* institucional, durante o mês de novembro, avisos relativos à cobrança das licenças e autorizações anuais referidas no número 2 artigo 47.º, com indicação explícita do prazo respetivo e das sanções em que incorrem as pessoas singulares ou coletivas pelo não pagamento das licenças e autorizações que lhes sejam exigíveis, nos termos legais e regulamentares em vigor.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, serão enviados por correio simples para a sede ou domicílio indicados no ano anterior, durante os meses de Fevereiro e Março, avisos de notificação para pagamento, nos mesmos termos.

Artigo 50.º

Renovação das licenças e autorizações

- 1- As licenças e as autorizações podem ser renovadas pelos períodos e nos termos previstos na legislação específica aplicável.
- 2- As licenças e as autorizações renovadas consideram-se emitidas nas condições em que foram concedidas as correspondentes licenças e autorizações iniciais sem prejuízo da atualização do valor da taxa a que houver lugar.

Artigo 51.º

Licenças e autorizações com renovação automática

- 1- A renovação das licenças e autorizações que assumam carácter periódico ou regular opera-se automaticamente com o pagamento das respetivas taxas, salvo deliberação em contrário do órgão competente.
- 2- Não haverá lugar à renovação se o titular do licenciamento e do pedido de autorização apresentar requerimento nesse sentido, durante os meses de Novembro e Dezembro do ano anterior à respetiva renovação.

- 3- Sempre que o cancelamento da respectiva licença e autorização se efetue fora dos prazos previstos no número anterior, caduca a referida licença e autorização, sem prejuízo da instauração do processo de contraordenação.
- 4- Nas renovações automáticas não há lugar a liquidação e cobrança da taxa de apreciação, quando prevista na tabela anexa ao presente regulamento para a emissão das licenças e das autorizações iniciais;
- 5- Nas renovações automáticas o valor das taxas da emissão da licença ou da autorização será reduzido em 40%, relativamente ao valor das calculadas por aplicação dos correspondentes valores previstos para cada situação na tabela anexa.

Artigo 52.º

Licenças e autorizações renováveis anualmente

- 1- No caso de licenças e autorizações renováveis anualmente, o pagamento da taxa ocorre do ano a que respeita, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º, sendo emitido o documento de liquidação, salvo se o particular informar por escrito os serviços até ao final do mês de dezembro do ano anterior que não deseja a renovação.
- 2- Os demais prazos relativos a outros licenciamentos e autorizações renováveis encontram-se previstos nos regulamentos específicos ou na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais em anexo.

Artigo 53.º

Licenças e autorizações renováveis mensalmente

No caso de licenças e autorizações renováveis mensalmente, o pagamento da taxa deverá ter lugar até ao dia oito do mês a que respeita, sendo emitido o documento de liquidação, salvo se o particular informar por escrito os serviços durante o mês anterior que não deseja a renovação.

Artigo 54.º

Licenças e autorizações diárias

No caso de licenças e autorizações diárias, o pagamento da taxa deverá ter lugar aquando do deferimento ou levantamento da respectiva licença ou autorização, sendo emitido de imediato o documento de liquidação.

Artigo 55.º

Apresentação de pedidos fora dos prazos

Sempre que o pedido de renovação de licenças e autorizações não enquadráveis no artigo 51.º, se efetue fora dos prazos fixados, caduca a referida licença e autorização sem prejuízo de instauração do processo de contraordenação.

Artigo 56.º

Averbamento de alvarás de licenças e autorizações por Alteração da Titularidade

- 1 - Os pedidos de alteração do titular da licença e autorização, ou de quaisquer outros factos que a lei imponha a necessidade de averbamento, devem ser apresentados no prazo de 60 dias a contar da verificação dos factos que o justifique, salvo se a lei ou regulamento municipal que regule a matéria não fixar outro prazo para a situação em concreto, sob pena de procedimento por contraordenação.
- 2 - O pedido de transferência de titularidade da licença e autorização, ou quaisquer outros factos que a lei imponha a necessidade de averbamento, deverá ser acompanhado de prova documental que o justifique.

Artigo 57.º

Cessação das licenças e autorizações

- 1 - As licenças e autorizações emitidas cessam nas seguintes situações:
 - a) A pedido expresso dos seus titulares;
 - b) Por caducidade, uma vez expirado o prazo de validade das mesmas;
 - c) Por incumprimento das condições impostas no licenciamento.

Artigo 58.º

Exibição de documentos

Os titulares das licenças e autorizações deverão fazer-se sempre acompanhar do Alvará ou do comprovativo do pagamento da taxa devida, que exibirão aos agentes municipais e entidades fiscalizadoras sempre que solicitado.

CAPÍTULO III

Taxa devida pela remoção dos obstáculos administrativos à realização de operações urbanísticas

SECÇÃO I

Operações de loteamento, obras de urbanização e remodelação de terrenos

Artigo 59.º

Emissão do alvará de licença de loteamento com obras de urbanização

1. Nos casos referidos no n.º 3 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a emissão do alvará de licença de loteamento e de admissão de obras de urbanização está sujeita ao pagamento da taxa fixada na tabela anexa ao presente regulamento, sendo esta composta de uma parte fixa e de outra variável em função do número de lotes, fogos, unidades de ocupação, prazos de execução e do tipo de infraestruturas, previstos nessas operações urbanísticas.
2. No caso de qualquer aditamento ao alvará único, resultante da sua alteração, que titule um aumento do número de fogos ou de lotes, é também devida a taxa referida no número anterior, incidindo a mesma apenas sobre o aumento.
3. Qualquer outro aditamento ao alvará único referido no n.º 1 do presente artigo está igualmente sujeito ao pagamento da taxa devida pela emissão/reformulação do título respetivo.

Artigo 60.º

Emissão de alvará ou admissão de loteamento

1. A emissão do alvará de loteamento ou a admissão de loteamento está sujeita ao pagamento da taxa fixada na tabela anexa ao presente regulamento, sendo esta composta de uma parte fixa e de outra variável em função do número de lotes, fogos e unidades de ocupação, previstos nessas operações urbanísticas.
2. No caso de qualquer aditamento ao alvará ou de admissão de loteamento resultante da sua alteração, que titule um aumento do número de lotes, fogos ou unidades de ocupação, é também devida a taxa referida no número anterior, incidindo a mesma apenas sobre o aumento.
3. Qualquer outro aditamento ao alvará ou à admissão de loteamento está igualmente sujeito ao pagamento da taxa devida pela emissão/reformulação do título respetivo.

Artigo 61.º

Emissão de alvará ou admissão de obras de urbanização

1. A emissão do alvará ou admissão de obras de urbanização está sujeita ao pagamento da taxa fixada na tabela anexa ao presente regulamento, sendo esta composta de uma parte fixa e de outra variável em função do prazo de execução e do tipo de infraestruturas, previstos para essa operação urbanística.
2. Qualquer aditamento ao alvará ou admissão de obras de urbanização está igualmente sujeito ao pagamento da taxa referida no número anterior.

Artigo 62.º

Emissão de alvará ou admissão de trabalhos de remodelação dos terrenos

A emissão do alvará ou admissão de para trabalhos de remodelação dos terrenos, tal como se encontram definidos na alínea m) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento, sendo esta composta de uma parte fixa e de outra variável, determinada em função da superfície ou volume a que corresponda a operação urbanística.

SECÇÃO II

Obras de Edificação e outras operações urbanísticas

Artigo 63.º

Emissão de alvará ou admissão de obras de edificação

1. A emissão do alvará ou admissão para obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento, sendo estas compostas de uma parte fixa e outra variável em função do uso ou fim a que a obra se destina, da superfície bruta de construção a edificar e o respetivo prazo de execução.
2. Em caso de qualquer aditamento ao alvará ou admissão de obras de edificação resultante da sua alteração, que titule um aumento do número de fogos ou unidades de ocupação, e uso das mesmas, é também devida a taxa referida no número anterior, incidindo a mesma apenas sobre o aumento.
3. Qualquer outro aditamento ao alvará ou admissão de obras de edificação está igualmente sujeito ao pagamento da taxa referida no número um deste artigo.

Artigo 64.º

Emissão de alvará ou admissão de outras operações urbanísticas

1. A emissão do alvará ou admissão das operações urbanísticas previstas no Quadro XIII da tabela anexa ao presente regulamento, está sujeita ao pagamento da taxa nele

fixado, sendo esta compostas de uma parte fixa e outra variável em função dos parâmetros aí elencados.

2. Em caso de qualquer aditamento ao alvará ou à admissão das obras acima referidas, é também devida a taxa prevista no número anterior, incidindo a mesma apenas sobre o aumento ou alteração.

Artigo 65.º

Legalização

Nas situações de legalização, promovidas pelos interessados ou oficiosamente pela Câmara há lugar ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento.

SECÇÃO III

Alvará de Autorização de Utilização

Artigo 66.º

Autorização de utilização e de alteração de uso

1. A emissão de Alvará de autorização de utilização e alteração ao uso está sujeita ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento, sendo estas compostas de uma parte fixa e outra variável em função do uso, do número de fogos, ou unidades de ocupação e seus anexos.
2. Ao montante referido no número anterior acrescerá o valor determinado em função do número de metros quadrados dos fogos, unidades de ocupação e seus anexos cuja utilização ou sua alteração seja requerida.

SECÇÃO IV

Situações Especiais

Artigo 67.º

Obras de demolição, escavação e contenção periférica

A apreciação do pedido de obras de demolição, escavação e contenção periférica, nos termos do artigo 81.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, na sua redação atual, está sujeita ao pagamento da taxa fixada na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 68.º

Emissão de alvarás de licença parcial

A emissão do alvará de licença parcial na situação referida no n.º 7 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, está sujeita ao pagamento das taxas fixada na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 69.º

Renovação

Nos casos referidos no artigo 72.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, a emissão do alvará resultante de renovação da licença ou admissão de comunicação prévia está sujeita ao pagamento da taxa prevista para a emissão do título caducado.

Artigo 70.º

Prorrogações

Nas situações referidas nos artigos 53.º n.º 3 e 58.º n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, a concessão de nova prorrogação está sujeita ao pagamento da taxa fixada de acordo com o seu prazo, estabelecida na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 71.º

Execução por fases

1. Em caso de deferimento do pedido de execução por fases, nas situações referidas nos artigos 56.º e 59.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, a cada fase corresponderá um aditamento ao alvará ou à admissão de comunicação prévia, sendo devidas as taxas previstas no presente artigo.
2. Na fixação das taxas ter-se-á em consideração a obra ou obras a que se refere a fase ou aditamento.
3. Na determinação do montante das taxas será aplicável o estatuído nas Secções I e II do presente Capítulo, consoante a natureza das operações urbanísticas.

Artigo 72.º

Licença especial relativa a obras inacabadas

Nas situações referidas no artigo 88.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual, a concessão da licença especial para conclusão da obra está sujeita ao pagamento de uma taxa, fixada de acordo com o seu prazo, estabelecida na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 73.º

Informação prévia

O pedido de informação prévia ou da sua renovação, nos termos previstos na Lei, está sujeito ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento.

SECÇÃO V

Atos Diversos

Artigo 74.º

Ocupação do domínio público

A ocupação de espaços públicos, por motivos de obras, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 75.º

Vistorias

1. A realização de vistorias por motivo da realização de obras ou exigidas por lei, está sujeita ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento.
2. Conjuntamente com o pedido de vistoria, os interessados devem informar a Câmara das áreas passíveis de reposição ou limpeza, anexando ao mesmo informação descritiva dos trabalhos a efetuar.
3. Não se efetuando a vistoria por factos imputados ao requerente, ou se esta se realizar e for desfavorável, são devidas novas taxas pelo novo pedido de vistoria, de acordo com a tabela anexa ao presente regulamento.
4. As vistorias podem ser requeridas de forma faseada, quando as obras em causa, atendendo à legislação aplicável, o permitir.

Artigo 76.º

Operações de destaque

O pedido de certidão de destaque ou a sua reapreciação, bem como a emissão da certidão relativa ao destaque, estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 77.º

Receção de obras de urbanização

Os atos de receção provisória ou definitiva de obras de urbanização estão sujeitos ao pagamento das taxas fixadas na tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 78.º

Despesas de Publicação

1. A emissão de alvará de loteamento ou da admissão de comunicação prévia de loteamento e obras de urbanização e de obras de urbanização fica condicionada ao depósito da importância de 200,00 € (duzentos euros), para despesas com a publicação de edital nos termos do n.º 2, do artigo 78.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a qual será devolvida deduzidos os encargos com a referida publicação

acrescidos de 10 % para portes de correio e expediente, na sequência de requerimento do interessado.

2. Quando a pronuncia prevista no n.º 3 do artigo 27.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, na sua redação atual, for efetuada através de edital, nos termos definidos no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) ficará o interessado na operação urbanística condicionado ao depósito da importância de 300 € (trezentos euros) para despesas com a publicação de edital, a qual será devolvida deduzidos os encargos com a referida publicação acrescidos de 10 % para portes de correio e expediente, na sequência de requerimento do interessado
3. Sempre que haja lugar a discussão pública, nos termos do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, ficará o interessado na operação urbanística condicionado ao depósito da importância de 300 € (trezentos euros) para despesas com a publicação de edital, a qual será devolvida deduzidos os encargos com a referida publicação acrescidos de 10 % para portes de correio e expediente, na sequência de requerimento do interessado.

Artigo 79.º

Cauções

Sem prejuízo do disposto no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação em matéria de prestação de cauções, deverão os promotores de obras que impliquem a reposição ou execução de pavimentos na via pública levantados ou danificados ou a limpeza das vias públicas deterioradas por argamassas ou outros materiais efetuar caução, de acordo com a tabela anexa ao presente regulamento.

Artigo 80.º

Serviços administrativos

Os atos e operações de natureza administrativa e técnica, a praticar no âmbito das operações urbanísticas, estão sujeitos ao pagamento das taxas e demais encargos fixados na tabela anexa ao presente regulamento.

TÍTULO III

Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas (TMU)

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 81.º

Natureza e fins

Constitui taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas, abreviadamente designada por TMU, a contraprestação devida ao Município pelas utilidades prestadas aos cidadãos com a realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas no âmbito de operações urbanísticas que ocorram na área do concelho da Maia.

Artigo 82.º

Infraestruturas urbanísticas

Consideram-se infraestruturas urbanísticas para efeitos de aplicação desta taxa:

- a) A execução de trabalhos de construção, ampliação ou reparação da rede viária;
- b) A execução de trabalhos de urbanização inerentes a equipamentos urbanos tais como parques de estacionamento, passeios, jardins, espaços livres de recreio ou lazer e arborização de espaços públicos;
- c) A construção, ampliação e reparação de redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais e pluviais, assim como os inerentes órgãos de tratamento;
- d) A construção, ampliação e reparação da rede de abastecimento de energia elétrica e iluminação pública e de outras redes de infraestruturas urbanas da responsabilidade do Município.
- e) A construção de equipamentos de apoio à educação, à saúde, ao desporto, à cultura e ao lazer.

Artigo 83.º

Âmbito de aplicação

1. A TMU incide sobre as seguintes operações:
 - a) Operações de loteamento e suas alterações;
 - b) Construção e ampliação de edifícios;
2. A TMU não substitui a cobrança de outros encargos de âmbito municipal, sujeitos a regime próprio, designadamente os referentes a taxas ou tarifas inerentes à ligação às

redes públicas, a reembolsos com a execução de ramais de infraestruturas de abastecimento e drenagem ou os correspondentes à compensação pela não cedência de espaços verdes e de utilização coletiva, equipamentos de utilização coletiva e estacionamento público.

SECÇÃO II

Cálculo

Artigo 84.º

Cálculo do valor da Taxa Municipal pela Realização, Reforço e Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas

1. A Taxa é determinada em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, da localização das operações urbanísticas, dos usos e tipologias das edificações, tendo ainda em conta o plano plurianual de investimentos municipais.
2. Para efeitos de aplicação desta taxa, são consideradas as zonas geográficas assinaladas nas plantas constantes do anexo ao presente Regulamento.
3. A Taxa é calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$TMU = (K1 \times K2 \times C \times S) + (K3 \times Ae \times C1) + (K4 \times (PPI/\Omega1) \times \Omega2)$$

4. Os coeficientes e fatores constantes da fórmula apresentada no número anterior têm o seguinte significado e assumem os seguintes valores:
 - a) **Taxa** (euros) – é o valor da taxa devida ao município pela realização e reforço de infraestruturas urbanísticas;
 - b) **K₁** – coeficiente que traduz a influência do uso, da localização e da tipologia de acordo com os valores constantes do quadro seguinte:

Tipologias de construção	Zona	K1
Habitação em moradias (≤ 2 fogos)	A	0.03567
	B	0.03293
	C	0.03018
	D	0.02744
	E	0.03842
	F	0.04116
	G*	0.03842 0.03018
Habitação em edifícios multifamiliar (≥ 3 fogos)	A	0.02744
	B	0.02744
	C	0.03018
	D	0.03567
	E	0.03567
	F	0.04116
	G	0.04116

Comércio	A	0.02744
	B	0.02744
	C	0.02744
	D	0.02744
	E	0.02744
	F	0.02744
	G**	0.04116
Serviços	A	0.02744
	B	0.02744
	C	0.03018
	D	0.03567
	E	0.02744
	F	0.02744
	G	0.04116
Armazéns e Indústrias	A	0.03842
	B	0.03842
	C	0.03842
	D	0.03293
	E	0.03018
	F	0.02744
	G	0.04665

* este valor é de 0.03018 para casos de habitação própria em prédio com atividade agrícola e área superior à mínima de cultura.

** este valor é de 0.03018 quando o comércio esteja associado à atividade agrícola do prédio onde está instalado.

- c) **K₂** – coeficiente que traduz o nível de infraestruturação existente no local e variável em função da necessidade de se complementar com a execução das seguintes infraestruturas:

Número de Infraestruturas públicas existentes e em funcionamento	K ₂
Arruamento não pavimentado	0,8
Arruamento pavimentado	0,85
Arruamento pavimentado e iluminação pública	0.9
Arruamento pavimentado, iluminação pública e saneamento básico (águas e saneamento)	0.95
As referidas anteriormente acrescidas de rede de drenagem de águas pluviais	1.0

- d) **K₃**- Número de estacionamento em falta, exigíveis nos termos dos instrumentos de planeamento aplicáveis.
- e) **Ae** – Área útil por lugar de estacionamento, que assume o valor de 50m² para veículos pesados e de 15m² e 35m² para veículos ligeiros, quando localizados, respetivamente, em espaço público e privado.
- f) **K₄** – Coeficiente que traduz a influência do valor médio dos últimos quatro anos do investimento municipal na execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos destinados à educação, saúde, cultura, desporto e lazer, revisto anualmente mediante proposta a incluir no orçamento municipal nas

normas de execução pelo orçamental, publicitado por edital e no sítio da Internet do Município.

- g) **C** – Valor em euros correspondente ao valor médio da construção por metro quadrado a fixar anualmente, de acordo com o artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.
 - h) **C₁** – Valor em euros correspondente ao custo do metro quadrado referente ao estacionamento em falta, atualizado anualmente nos termos do n.º 2 do artigo 2.º.
 - i) **S** – Representa a superfície total de pavimentos de construção destinados ou não à ocupação, incluindo metade das áreas da cave destinada a estacionamento e dos arrumos de apoio às ocupações dos pisos superiores.
 - j) **PPI** – Valor total do investimento previsto no plano plurianual de investimentos para execução de infraestruturas urbanísticas e equipamentos públicos destinados a educação, saúde, cultura, desporto e lazer, reportados ao quadriénio, valor esse, a ser revisto anualmente, mediante proposta a incluir no orçamento municipal nas normas de execução pelo orçamental, publicitado por edital e no sítio da Internet do Município.
 - k) **Ω₁** – Área total do solo urbano do concelho, valor este que será atualizado sempre que haja alterações à delimitação administrativa da área do Município e ou ao plano municipal de ordenamento do território, sendo anualmente aferido no documento Grandes Opções do Plano e Orçamento, publicitado por Edital e no sítio Internet do Município.
 - l) **Ω₂** – Área total do terreno objeto da operação urbanística (em m²), a qual, tratando-se de operações urbanísticas de construção de moradias unifamiliares, terá como limite máximo o valor de 1500m².
5. Em operações urbanísticas que tenham em vista a ampliação de edifícios existentes e as alterações a operações de loteamento, “onde já tenha sido repercutido o valor do PPI” o valor de Ω₂ assume o valor de zero.
6. Quando a operação urbanística envolver mais que um tipo de ocupação o valor da taxa resultará do somatório de cada uma das parcelas calculadas para cada uma das áreas de ocupação diferenciadas.

Artigo 85.º

Pagamento da TMU em espécie

1. A Câmara Municipal poderá aceitar, mediante requerimento do interessado, o pagamento da totalidade ou de parte do quantitativo da TMU devida em parcelas de terrenos, lotes de construção e ou frações autónomas.
2. No caso de a taxa ser paga em espécie, o Município aceitará o pagamento daquela, quer total quer parcialmente, com entrega de uma parcela de terreno, lote, fração, que terá que ser avaliada pela Comissão de Avaliação do Município, sendo deduzido os custos financeiros e administrativos que por ventura venha a suportar com a operação a realizar.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, as parcelas de terrenos, lotes de construção e ou frações autónomas transferidas para o Município são integradas no domínio privado deste.

Artigo 86.º

Taxa Complementar pela Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas

Nas comunicações prévias referentes a edificação a erigir em área abrangida por operação de loteamento, cujo título tenha sido emitido há mais de 6 anos, há lugar ao pagamento da taxa que resulta da aplicação dos critérios previstos no artigo 84.º, tomando K_2 o valor de 0,75 por força da manutenção das infraestruturas existentes e Ω_2 o valor de zero.

TÍTULO IV

Compensações por não cedências no âmbito da urbanização e edificação

Artigo 87.º

Compensações ao Município

Sempre que, pelas razões previstas na lei, não haja lugar a cedências para os fins definidos no RJUE, ou as mesmas não se justifiquem, fica o proprietário obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos nos artigos seguintes.

Artigo 88.º

Compensação em numerário

1. No caso de a compensação ser em numerário, o seu quantitativo será estabelecido de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q (\text{€}) = K_1 \times A_c \times C$$

em que:

- a) **Q**, em euros, corresponde ao montante total da compensação devida ao município;
- b) **K_i**, exprime a relação entre o valor ponderado do solo apto para construção e o valor da construção, variável em função da localização, consoante a zona onde se insere, de acordo com o seguinte quadro;

Tipologias de construção	Zona	K1
Habitação em moradias (≤ 2 fogos)	A	0.13415
	B	0.13415
	C	0.12297
	D	0.11179
	E	0.13415
	F	0.13415
Habitação em edifícios multifamiliar (≥ 3 fogos)	A	0.13415
	B	0.13415
	C	0.12297
	D	0.11179
	E	0.13415
	F	0.13415
	G	0.11179
Comércio	A	0.13415
	B	0.13415
	C	0.12297
	D	0.11179
	E	0.13415
	F	0.13415
	G	0.11179
Serviços	A	0.13415
	B	0.13415
	C	0.12297
	D	0.11179
	E	0.13415
	F	0.13415
	G	0.11179
Armazéns e Indústrias	A	0.13415
	B	0.13415
	C	0.12297
	D	0.11179
	E	0.13415
	F	0.13415
	G	0.11179

- c) **Ac**, corresponde à área de terreno objeto de compensação que deveria ser cedida ao Município para espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos, calculada de acordo com os parâmetros de dimensionamento definidos pelo Plano Municipal de Ordenamento do Território em vigor.

- d) **C**, valor em euros correspondente ao valor médio da construção por metro quadrado a fixar anualmente, de acordo com o artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

Artigo 89.º

Compensações em espécie

1. No caso de a taxa ser paga em espécie, o Município aceitará o pagamento daquela, quer total quer parcialmente, com entrega de uma parcela de terreno, lote, fração, que terá que ser avaliada pela Comissão de Avaliação do Município, sendo deduzido os custos financeiros e administrativos que por ventura venha a suportar com a operação a realizar.
2. Os lotes, parcelas de terreno, ou frações autónomas cedidas nos termos deste artigo integram-se no domínio privado do Município.

Artigo 90.º

Alterações

Quando houver lugar a alteração ao alvará de licença ou à admissão de comunicação prévia que titula a operação urbanística, e daí decorra alteração de uso ou aumento dos parâmetros urbanísticos inicialmente aprovados, haverá lugar ao pagamento de compensação que será igual à diferença entre o valor inicialmente pago e o que seria devido pela nova utilização e/ou pelos novos parâmetros aplicáveis, nos termos do presente Regulamento, não havendo lugar, em qualquer caso, a reembolso por parte da Câmara Municipal.

Artigo 91.º

Pagamento em prestações

Ao pagamento da compensação por prestações serão aplicáveis os artigos 30.º a 33.º do presente Regulamento, com as devidas adaptações.

TÍTULO V

Contraordenações

Artigo 92.º

Contraordenações

- 1- Constituem contraordenações:
 - a) A falta de pagamento das taxas ou outras receitas municipais no prazo estabelecido;
 - b) A inexatidão ou falsidade dos elementos fornecidos pelos interessados para liquidação das taxas e outras receitas municipais ou para instrução de pedidos de isenção;

- c) A falta de exibição dos documentos comprovativos do pagamento das taxas devidas, sempre que solicitados pelas entidades fiscalizadoras, quando não especialmente previsto em diploma legal ou noutro regulamento municipal;
- 2 - Nos casos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior, o montante mínimo da coima no caso de pessoas singulares é de € 25 (vinte e cinco euros) e o máximo € 250 (duzentos e cinquenta euros), no caso de pessoas coletivas, o montante mínimo é de € 50 (cinquenta euros) e o máximo € 500 (quinhentos euros).
- 3 - No caso previsto na alínea c) e d), o montante mínimo da coima é de € 15 e o máximo de € 125.
- 4 - A tentativa e negligência são sempre puníveis sendo, o montante máximo das coimas previstas no número anterior reduzido a metade.

Artigo 93.º

Competência

A competência para determinar a instrução dos processos de contraordenação e para a aplicação das coimas pertence ao Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação nos termos legais.

Artigo 94.º

Sanções acessórias

- 1 - Sem prejuízo da aplicação das coimas a que se refere o artigo 92.º, são ainda aplicáveis as seguintes sanções acessórias, a determinar em função da gravidade da infração e da culpa do agente:
 - a) Perda de objetos pertencentes ao agente da infração;
 - b) Interdição do exercício de profissões ou atividades na área do Município da Maia, cujo exercício dependa de licença ou autorização dos órgãos competentes do município;
 - c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado pelos órgãos competentes do Município;
 - d) Privação do direito de participar em feiras ou mercados no Município Maia;
 - e) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos que tenham por objeto a empreitada ou a concessão de obras públicas municipais, o fornecimento de bens e serviços, a concessão de serviços públicos que seja da competência da autarquia e a atribuição de licenças ou alvarás;

- f) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença da autarquia, quando a ele esteja diretamente relacionado o cometimento da infração;
 - g) Suspensão de autorizações, licenças ou alvarás concedidos pela autarquia para ocupação de espaço do domínio público ou para o exercício de atividade conexas.
- 2 - As sanções referidas nas alíneas b) a g) do número anterior têm a duração máxima de dois anos, contados a partir da decisão condenatória definitiva.

TÍTULO VI

Garantias fiscais

Artigo 95.º

Garantias

- 1 - Os sujeitos passivos das taxas podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.
- 2 - A reclamação é deduzida perante a Câmara Municipal no prazo de 30 dias a contar da notificação da liquidação.
- 3 - A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.
- 4 - Do indeferimento tácito ou expreso cabe impugnação judicial para o tribunal administrativo e fiscal da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- 5 - A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação prevista no n.º 2 do presente artigo.
- 6 - À reclamação graciosa ou impugnação judicial aplicam-se ainda as normas do Código de Procedimento e Processo Tributário, com as necessárias adaptações.
- 7 - Compete ao Presidente da Câmara a cobrança coerciva das dívidas ao Município provenientes de taxas, encargos de mais valias e outras receitas de natureza tributária que devam cobrar, aplicando-se o Código de Procedimento e de Processo Tributário, com as necessárias adaptações.
- 8 - Sempre que o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada nos termos da lei garantia idónea, não será negada a prestação do serviço, a emissão da autorização ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado municipal.

TÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 96.º

Interpretação e Integração de Lacunas

- 1- Aos casos não previstos neste Regulamento aplicar-se-á o Regime Geral das Taxas, sendo aplicados de forma sucessiva nos termos do artigo 2.º do mesmo:
 - a) A Lei das Finanças Locais;
 - b) A Lei Geral Tributária;
 - d) Código de Processos nos Tribunais Administrativos;
 - e) O Código de Procedimento e Processo Tributário;
 - f) O Código de Procedimento Administrativo;
3. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento, que não possam ser resolvidas pelo recurso do previsto no número anterior e aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão resolvidos por decisão dos órgãos municipais competentes, consoante os casos em apreciação e nos termos do disposto na Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atualizada
4. As notas ou observações constantes na Tabela de Taxas anexa ao presente regulamento vinculam quer os serviços, quer os interessados.

Artigo 97.º

Regime transitório

1. As taxas a que se refere a Tabela anexa ao presente Regulamento, bem como os agravamentos nela previstos, aplicam-se a todos os casos em que as mesmas taxas venham a ser liquidadas e pagas após a sua entrada em vigor, mesmo que tenham por base processos que neste momento se encontram pendentes.
2. Excetuam-se do previsto no número anterior as taxas estabelecidas no Capítulo XI - Instalações Desportivas e de Recreio, da Tabela anexa ao presente Regulamento, para os utilizadores que à data da entrada em vigor deste Regulamento se encontrem inscritas nas respetivas atividades de Ginástica, Ténis e Piscinas.

Artigo 98.º

Documentos técnicos, minutas e formulários

Assiste à Câmara Municipal a possibilidade de estabelecer os documentos técnicos, minutas e formulários que se mostrem necessários a aplicação do presente Regulamento.

Artigo 99.º

Normas alteradas e revogadas

Com a entrada em vigor do presente Regulamento e Tabela anexa ao presente regulamento é revogado o anterior Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais bem como o Regulamento Municipal de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas do Município Maia.

Artigo 100.º

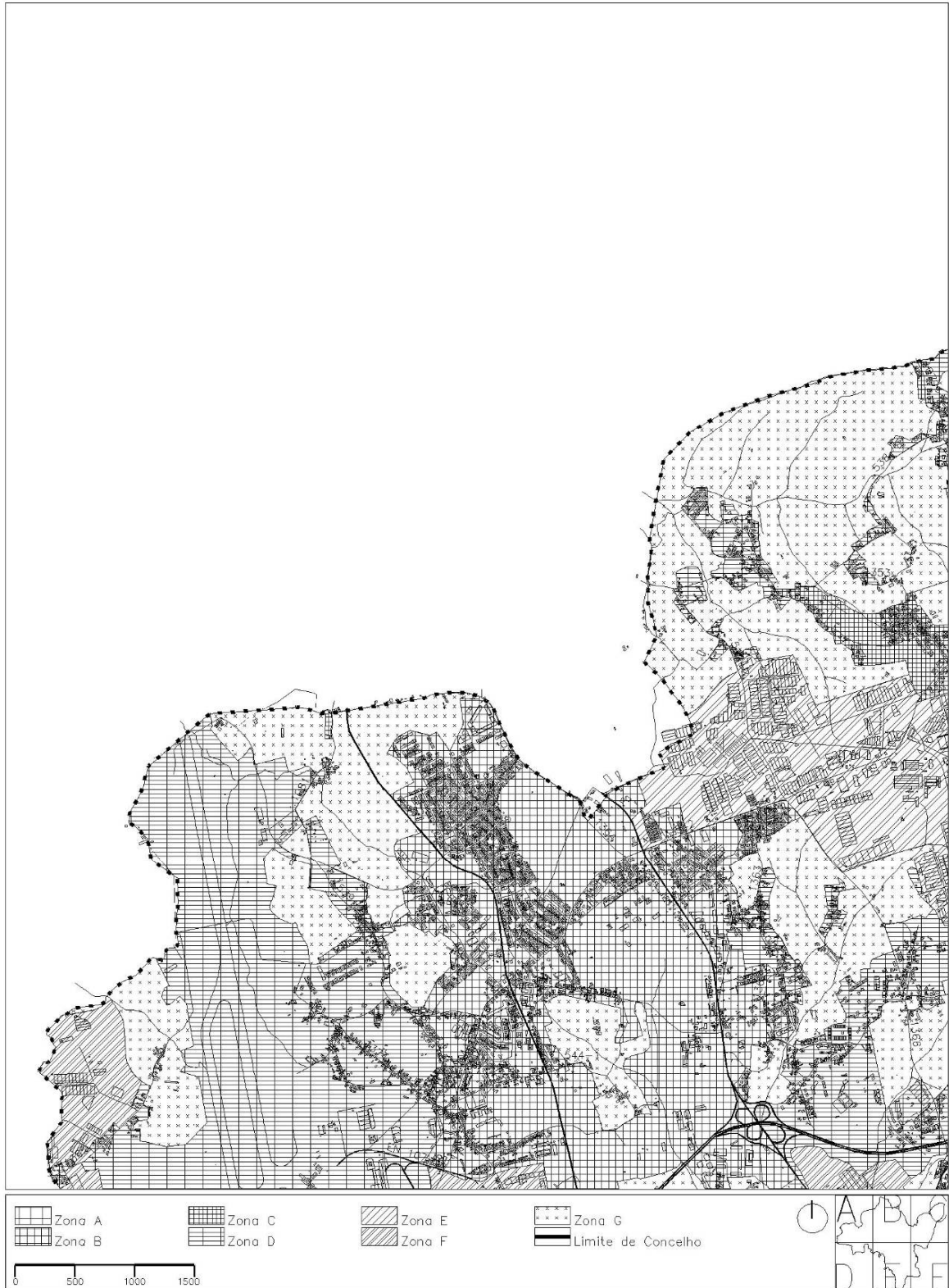
Entrada em vigor

O presente regulamento e a tabela anexa entram em vigor dia 1 do mês seguinte à sua publicação.

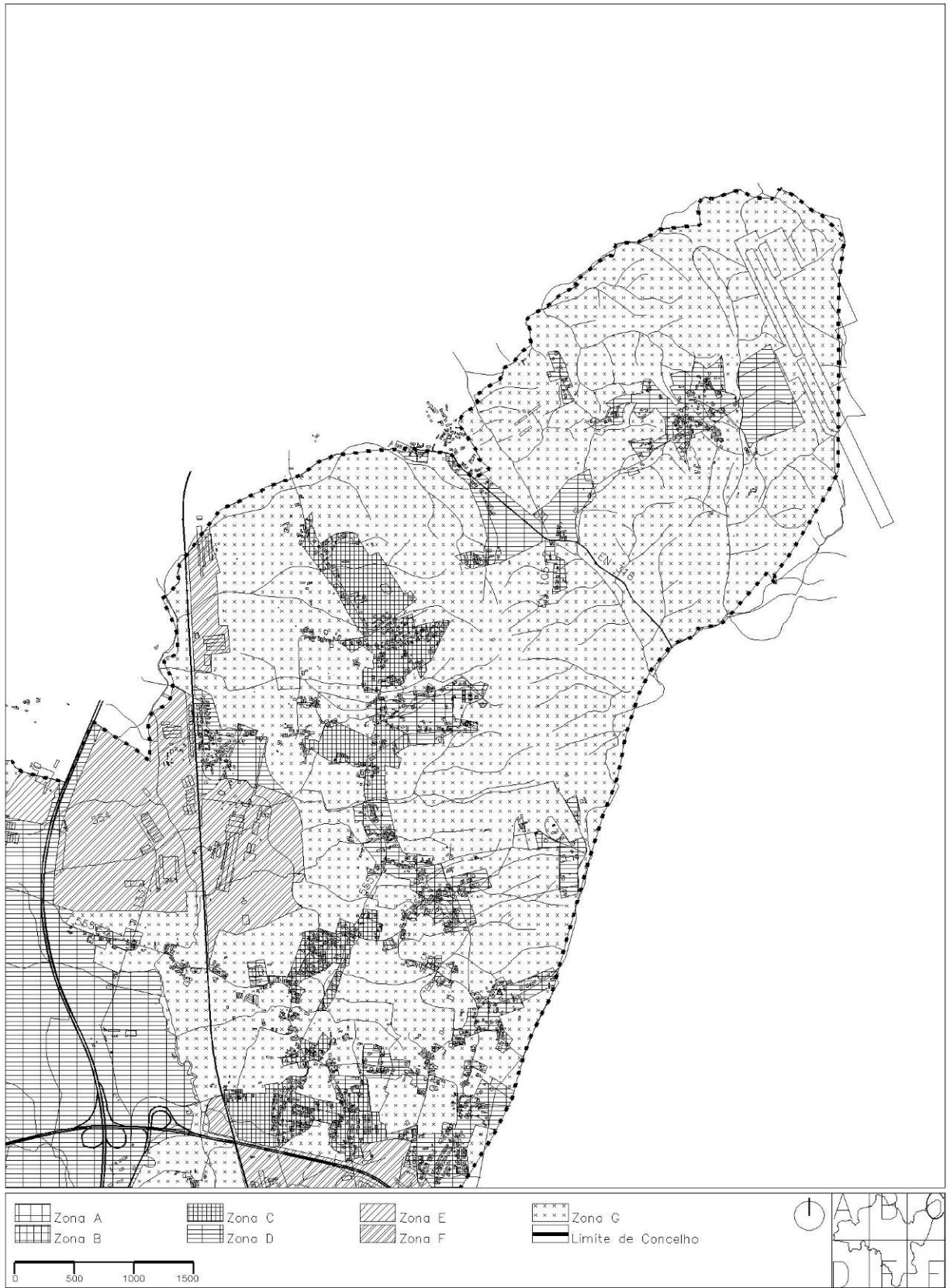
ANEXO

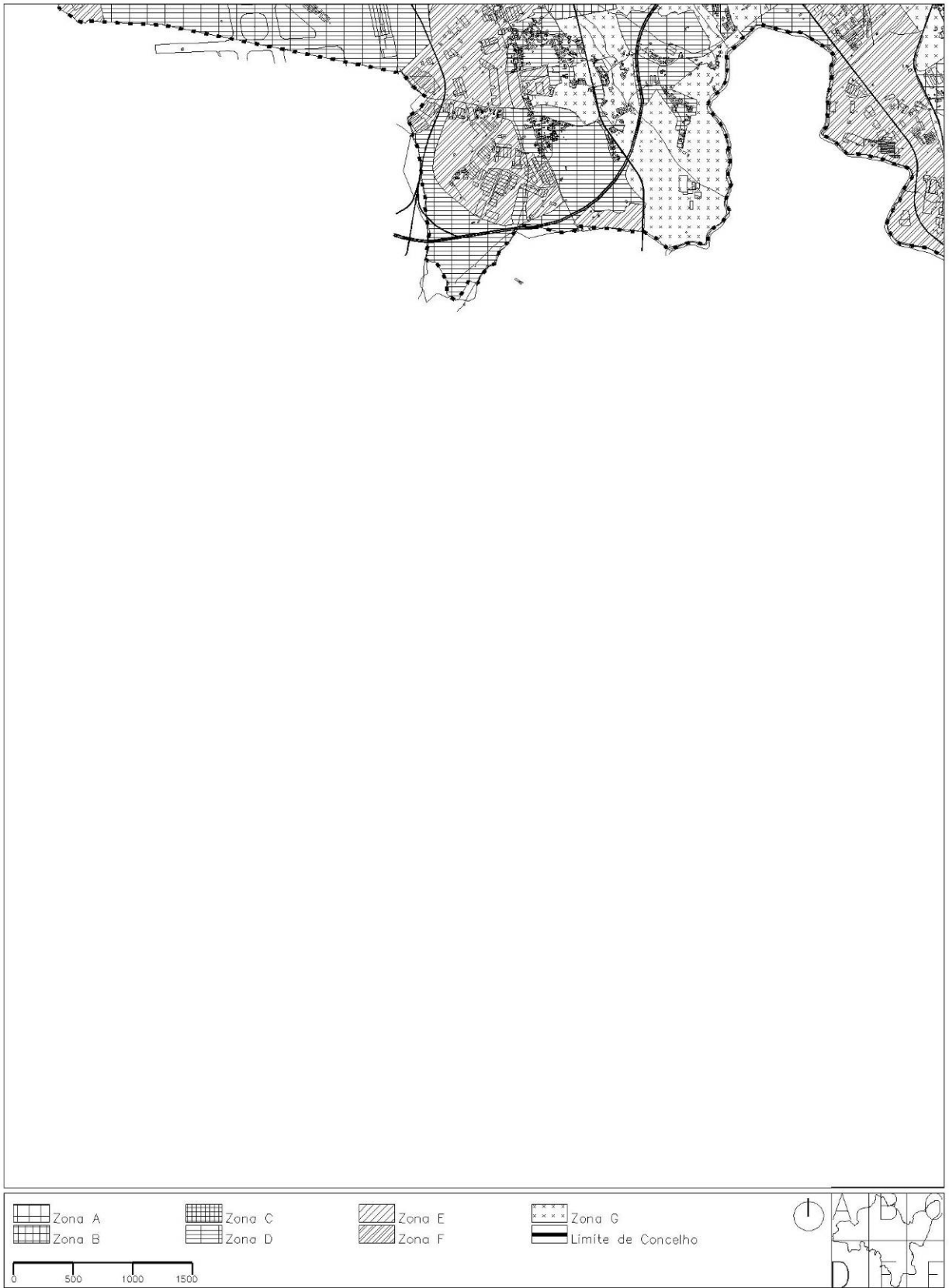
Zonas Geográficas

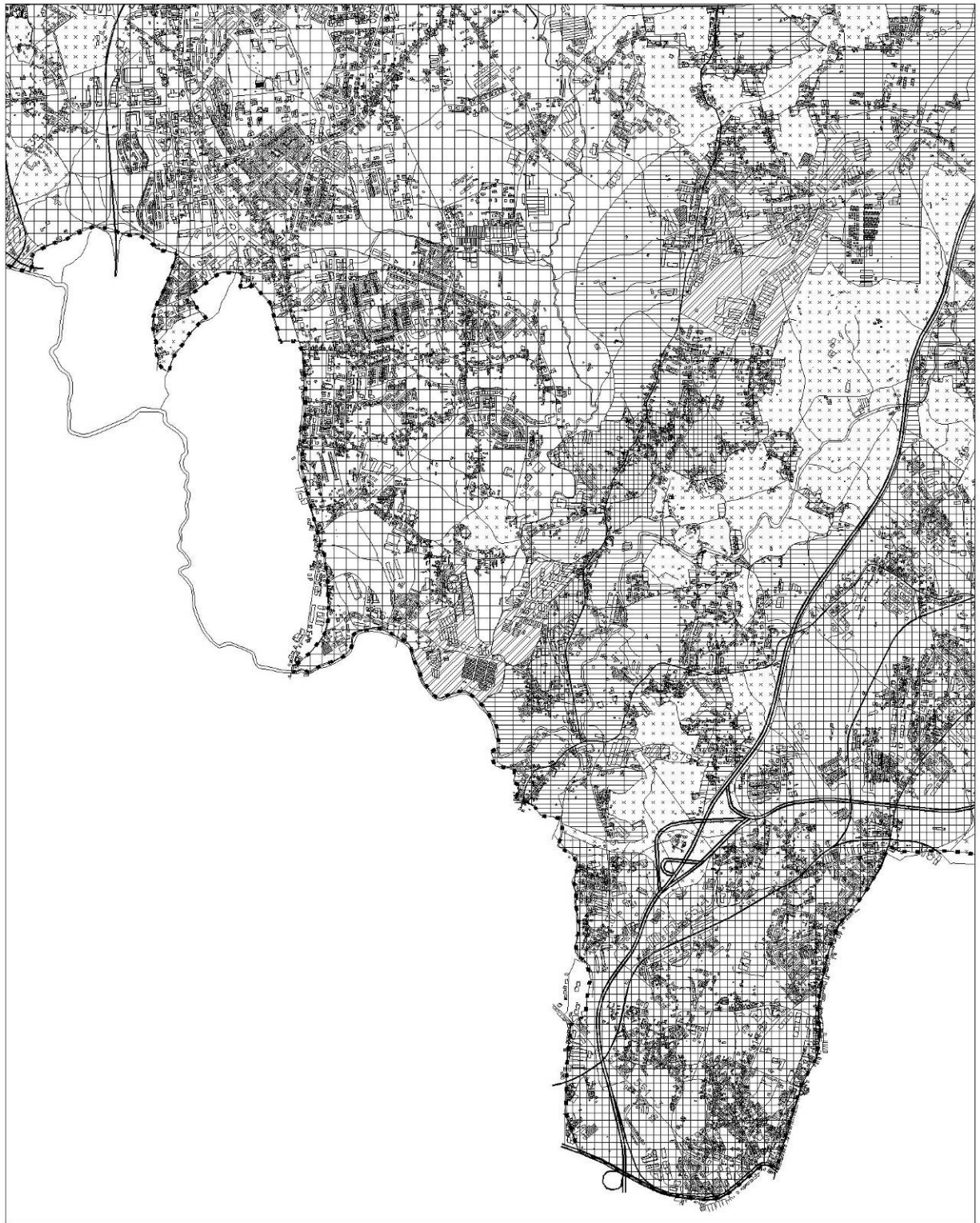
Taxa Municipal pela Realização, Reforço e Manutenção de Infraestruturas Urbanísticas

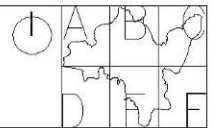
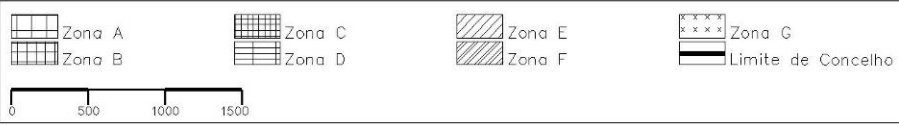












CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS

ANO 2022

**CAPÍTULO I
SERVIÇOS GERAIS**

Quadro I

Prestação de serviços e concessão de documentos

Descrição	Taxa €
1. Alvarás não especialmente contemplados nesta Tabela, quando não excecionados por Lei.	7,07
2. Apresentação de requerimentos ou outras petições de interesse particular ou respetiva reapreciação, não especialmente previsto em capítulo próprio.	3,43
3. Atestados ou documentos análogos e suas confirmações – cada.	7,19
4. Autos ou termos de qualquer espécie, excluídos os de posse – cada	5,72
5. Certidões, por cada lauda, ainda que incompleta	
5.1. Sendo de teor	8,89
5.2. Sendo narrativa	12,54
6. Fotocópias de documentos arquivados:	
6.1. Peças escritas - por cada A4:	
6.1.1. Sendo autenticada, pela primeira página	10,91
6.1.2. Não sendo autenticada, pela primeira página	10,08
6.1.3. Acresce por cada página ou fração	0,37
6.2. Peças desenhadas	
6.2.1. Sendo de formato A4	10,08
6.2.2. Acresce por cada tamanho A4 ou fração	0,44
7. Fotocópias de outros documentos – por cada:	
7.1. Papel A4	0,37
7.2. Papel A3	0,44
8. Rubrica em livros, por cada rubrica	
8.1. Até 10 rubricas	4,46
8.2. Por cada rubrica adicional	0,19
9. Fornecimento a pedido dos interessados, de segundas vias de documentos, em substituição dos originais extraviados ou em mau estado - cada.	10,70
10. Confiança de processo requerido para fins judiciais ou outros de reconhecido interesse público ou privado – por cada período de 5 dias	8,78
11. Conferência e autenticação de documentos – por cada lauda	5,84
12. Buscas, aparecendo ou não o objeto	29,57
13. Fornecimento de informação estatística	
13.1. Taxa fixa por pedido	8,35
14. Envio de comunicação, quando solicitada, por:	
14.1. Carta registada	7,21
14.2. Carta simples	5,68
15. Outros serviços ou atos não especialmente previstos nesta tabela ou em legislação especial.	7,07

NOTAS:

1. As taxas previstas neste Quadro, serão cobradas com a apresentação do pedido;
2. Os documentos referidos nos números 5,9 e 15 do quadro anterior, poderão ser enviados aos destinatários pelo correio, desde que estes manifestem interesse nesse sentido, devendo, para o efeito, deixar sobrescrito devidamente endereçado e franquiado;
3. Os documentos referidos nos números 3,5 a 6,9,11 e 14 poderão ser requeridos com carácter de urgência, devendo ser satisfeitos no prazo de dois dias após a apresentação do requerimento, ou da data do despacho deste, conforme satisfação do pedido dependa ou não desta última formalidade. A estas petições cobrar-se-á o dobro das taxas fixadas;
4. Aos valores previsto no ponto 7, acresce Iva à taxa legal em vigor.

Quadro II

Prestação de serviços diversos relacionados com operações urbanísticas

Descrição	Taxa€
1. Emissões de certidões de:	
1.1. Certidões técnicas	44,41
1.2. Propriedade horizontal	
1.2.1. Por cada emissão	18,02
1.2.2. Acresce ponto anterior, por cada fogo ou unidade de ocupação	16,90
2. Fornecimento de desenhos ou plantas topográficas ou outras existentes nos arquivos municipais, em papel de cópia, ou semelhante e em formato digital protegido	
2.1. Cada planta de localização	5,13
2.2. Cada planta topográfica	11,08
2.3. Acresce por cada tamanho A4 ou fração	1,15
3. Fornecimento a terceiros, e em suporte digital, de cópias do levantamento aerofotogramétrico do Concelho (Cartografia Digital), em formato DWG – área mínima a fornecer 10 hectares	29,08
3.1. Acresce por hectare acima dos 10 hectares	2,05
3.2. Acresce a gravação em CD-ROM	0,52
4. Marcação de alinhamento e nivelamento de obras – cada visita à obra	33,18
5. Numeração de prédios, por cada número de polícia fornecido	11,74
6. Demolições executadas ao abrigo do RJUE ou de outras disposições legais além do pagamento das despesas com o transporte dos materiais demolidos. De acordo com os custos da respetiva adjudicação, acrescido dos custos para organização do respetivo procedimento administrativo.	817,26
7. Despejos executados pelo Município ao abrigo do RJUE ou de outras disposições legais além do pagamento das despesas com o transporte dos materiais despejados. De acordo com os respetivos custos, acrescido dos custos para organização do respetivo procedimento administrativo.	817,26
8. Requerimento de junção de elementos	5,96

Notas:

1. As taxas previstas neste Quadro, serão cobradas com a apresentação do pedido;
2. Os documentos referidos neste quadro poderão ser enviados aos destinatários pelo correio, desde que estes manifestem interesse nesse sentido, devendo, para o efeito, deixar sobrescrito devidamente endereçado e franquiado;
3. A emissão de documentos referidos nos números 1, 2, e 3 poderá ser requerida com carácter de urgência, devendo ser satisfeitos no prazo de dois dias úteis após a apresentação do requerimento, ou da data do despacho deste, conforme a satisfação do pedido dependa ou não desta última formalidade. A estas petições cobrar-se-á o dobro das taxas fixadas;

Quadro III

Acesso mediado

Descrição	Taxa €
1. Receção da comunicação ou mera comunicação prévia.	4,04
2. Acesso mediado de comunicação prévia e comunicação prévia com prazo, nas instalações do município ou junção de elementos a processos em curso.	6,70
3. Apreciação dos elementos instrutórios submetidos via Balcão do Empreendedor e/ou outras plataformas relativos a meras comunicações prévias.	21,45
4. Reapreciação dos elementos instrutórios submetidos via Balcão do Empreendedor relativas a meras comunicações prévias, quando reenviados na sequência de notificações eletrónicas, para suprimir lacunas ou não conformidades.	32,20
5. Acesso mediado de comunicação prévia com prazo relativo a operações urbanísticas, nos termos do RJUE, nas instalações do município.	12,02
6. Acesso mediado pela comunicação no Balcão do Empreendedor e/ou outras plataformas, dos dados necessários à inscrição (instalação, modificação e encerramento) no cadastro comercial.	10,05

Quadro IV

Vistorias e Averbamentos

Descrição	Taxa €
1. Vistorias não incluídas em capítulo próprio, ou não taxáveis por legislação especial – por cada uma	38,68
2. Averbamentos não especialmente previstos nesta Tabela ou em regulamento especial	33,28

Quadro V

Inspeção de ascensores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes (exclui monta-cargas de carga inferior a 100 Kg) — Alínea d) do n.º7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro com a redação introduzida pela lei 5-A/2002 Decreto-Lei n.º 320/2002 de 28 de dezembro

Descrição	Taxa €
1. Inspeções periódicas e reinspeções - por cada elevador	31,61
2. Inspeções extraordinárias – por cada	31,61
3. Inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção	31,61
4. Selagem de elevador	29,67

NOTAS:

1. Aos valores anteriores acresce o preço pelo serviço prestado pela entidade inspetora de elevadores.

Quadro V-a

Serviços do encargo de particulares

Descrição	Taxa €
Taxa devida pelo procedimento de avaliação de encargos decorrentes de serviços prestados da responsabilidade de particulares	24,40

NOTAS:

1. Acresce à taxa anterior o custo do serviço prestado;
2. Os serviços referidos no quadro anterior abrangem demolições, reparações, arranque de árvores, remoção de entulhos, sucatas, desobstruções de vias públicas e outros, da responsabilidade de particulares quando este, notificados, não os executem no prazo fixado ou quando, em razão do dano público, imponha remoção imediata.

Quadro VI

Cedência de utilização de palcos, barreiras ou cadeiras incluindo transporte, montagem e desmontagem

Descrição	Taxa €
1. Palco 6mx9m – por unidade:	
1.1. Com cobertura	493,94
1.2. Sem cobertura	396,89
2. Palco 5mx3m – por unidade:	
2.1. Com cobertura	374,15
2.2. Sem cobertura	285,18
3. Barreiras – por unidade:	7,53
4. Cadeiras – por unidade:	1,09
5. Acresce por cada dia ou fração – por unidade:	
5.1. Palco 6mx9m (10% da taxa aplicada em 1.1)	49,39
5.2. Palco 5mx3m (10% da taxa aplicada em 2.1)	37,42
5.3. Barreiras (10% da taxa aplicada em 3)	0,74
5.4. Cadeiras (10% da taxa aplicada em 4)	0,10

NOTAS:

1. A cedência dos bens previstos está sujeita às condições seguintes:
 - a) As taxas estabelecidas no ponto 5, não incluem os dias de montagem e desmontagem;
 - b) Nos casos em que a cedência dos equipamentos referidos, seja autorizada sem transporte, montagem e desmontagem, as taxas a cobrar serão as constantes no ponto 5, desde o dia de levantamento ao dia da devolução dos elementos cedidos;
 - c. Aos valores previstos acresce IVA à taxa legal em vigor;
2. Os danos causados pelo extravio ou estrago dos bens cedidos serão da responsabilidade da entidade requerente.
3. As Associações e coletividades, legalmente constituídas sem fins lucrativos e que promovam eventos na área do Município da Maia, podem beneficiar de isenção das taxas previstas no presente quadro, por despacho do Exmo. Sr. Presidente desde que o requeiram com antecedência mínima de 15 dias úteis e apresentem os documentos comprovativos da qualidade de entidades sem fins lucrativos.

Quadro VII

Cedência de utilização de autocarro – por cada quilómetro ou fração

Descrição	Taxa €
1. Requisição de autocarros	19,96
2. Por cada Km ou fração (acresce ao valor previsto em 1.)	
2.1. À semana	
2.1.1. Autocarro com 27 ou mais lugares	0,98
2.1.2. Autocarro com menos de 27 lugares	0,79
2.2. Ao fim-de-semana	
2.2.1. Autocarro com 27 ou mais lugares	1,15
2.2.2. Autocarro com menos de 27 lugares	0,99

CAPÍTULO II

OPERAÇÕES URBANÍSTICAS

Quadro VIII

Operação de loteamento com obras de urbanização

Descrição	Taxa €
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo de operação de loteamento com obras de urbanização e das alterações à mesma durante a execução da obra.*	259,81
2. Apreciação de pedido de licenciamento operação de loteamento com obras de urbanização* e das alterações ao pedido inicial*	85,26
3. Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia	
3.1. Por emissão ou admissão	515,83
3.2. Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	13,49
3.3. Acresce por cada lote	13,49
3.4. Acresce, às taxas antecedentes, por cada especialidade	36,36
3.5. Acresce por cada período de 30 dias ou fração	7,63

Quadro IX

Operação de loteamento

Descrição	Taxa €
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo de operação de loteamento*	115,73
2. Apreciação de pedido de licenciamento de operação de loteamento * e das alterações ao pedido inicial	88,32
3. Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia	
3.1. Por emissão ou admissão	254,43
3.2. Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	13,75
3.3. Acresce por cada lote	13,75

Quadro X

Obras de urbanização

Descrição	Taxa €
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo de obras de urbanização e das alterações à mesma durante a execução da obra.*	242,75
2. Apreciação de pedido de licenciamento de operação de obras de urbanização * e das alterações ao pedido inicial*	67,87
3. Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia	
3.1. Por emissão ou admissão	469,22
3.2. Acresce, às taxas antecedentes, por cada especialidade	35,45
3.3. Acresce por cada período de 30 dias ou fração	7,63

Quadro XI

Trabalhos de remodelação de terrenos

Descrição	Taxa €
Terraplanagens e outras obras que, não integradas na área da edificação, com projeto aprovado, alterem a topografia local	
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo e das alterações à mesma durante a execução da obra.*	105,38
2. Por apreciação do pedido de licenciamento da operação e das alterações ao pedido inicial.	51,53
3. Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia:	
3.1. Por emissão ou admissão	221,93
3.2. Acresce a 3.1., por cada m ² ou fração	0,74
Aterros e escavação destinados à acomodação de matérias líquidas ou sólidas que alterem a topografia local	
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo e das alterações à mesma durante a execução da obra.	96,86
2. Por apreciação de pedido de licenciamento da operação e das alterações ao pedido inicial *	54,89
3. Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia	
3.1. Por emissão ou admissão	83,70
3.2. Acresce a 3.1., por cada m ³ ou fração	11,10

Quadro XII

Obras de edificação

Descrição	Taxa €
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo de obras de edificação e das alterações à mesma durante a execução da obra.*	169,41
2. Apreciação de pedido de licenciamento de obras de edificação e das alterações ao pedido inicial *	71,77
3. Emissão de alvará ou de admissão de comunicação prévia	
3.1. Por emissão ou admissão	195,62
3.2. Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	13,55
3.3. Acresce por cada m ² ou fração destinado a:	
3.3.1. Para habitação unifamiliar ou bifamiliar	0,64
3.3.2. Para habitação multifamiliar	0,74
3.3.3. Para comércio e serviços	0,84
3.3.4. Para indústria e armazenagem	0,84
3.3.5. Para anexos e garagens	0,55
3.3.6. Para outros fins	0,55
3.4. Acresce a 3.1. por cada período de 30 dias ou fração	7,63

Quadro XIII

Outras operações urbanísticas

Descrição	Taxa €
1. Apreciação de comunicação prévia com prazo e outras operações urbanísticas e das alterações à mesma durante a execução da obra.	75,92
2. Apreciação de pedido de licenciamento de outras operações urbanísticas e das alterações ao pedido inicial *	42,87
3. Emissão do alvará ou de admissão de comunicação prévia	
3.1. Por emissão ou admissão	74,79
3.2. Acresce ao montante referido em 3.1, para cada uma das seguintes operações:	
3.2.1. Construção, reconstrução, ampliação, alteração de muros ou vedações face à via pública, por metro linear	0,74
3.2.2. Construção, reconstrução, ampliação, alteração de tanques, piscinas e afins e por m ³	7,63
3.2.3. Modificações de fachadas e por m ²	0,74
3.2.4. Corpos salientes de construção na parte projetada sobre a via pública, logradouro público ou outros lugares públicos, sendo varandas, janelas de sacada ou semelhantes, por pavimento por pavimento e por m ²	63,62
3.2.5. Demolição de edifícios, por m ² de pavimento	0,74
3.2.6. Pela utilização dos solos para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água, por m ²	0,74
3.3. Acresce ao ponto 3.1., por cada período adicional de 30 dias ou fração	7,63

Quadro XIV

Casos especiais

Descrição	Taxa €
1. Instalação de infraestruturas de suporte a estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	
1.1. Por apreciação *	58,77
1.2. Pela concessão da autorização	528,83
2. Instalações de abastecimento e armazenagem de combustíveis	
2.1. Apreciação do pedido de aprovação do projeto de construção e alteração*	164,14

Quadro XV

Emissão de alvará de autorização de utilização e de alteração de uso

Descrição	Taxa €
1. Emissão de autorização de utilização de edifício ou fração destinada á habitação	
1.1. Por apreciação *	51,80
1.2. Por emissão do alvará de autorização de utilização	26,35
1.3. Acresce ao montante referido no ponto 1.2:	
1.3.1. Por fogo ou unidade de ocupação	10,46
1.3.2. Acresce por cada m ² ou fração destinada a:	
1.3.2.1. Para habitação familiar ou unifamiliar	0,64
1.3.2.2. Para habitação multifamiliar	0,74

2. Emissão de autorização de utilização de edifício ou fração destinada à instalação de um estabelecimento	
2.1. Por apreciação *	53,01
2.2. Autorização de utilização para estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços ou de armazenagem	
2.2.1. Por emissão do alvará de autorização de utilização	35,53
2.2.2. Acresce ao montante referido no n.º 2.2.1., por cada m ² ou fração	
2.2.2.1. Estabelecimentos grossistas de géneros alimentícios de origem animal	0,83
2.2.2.2. Outros estabelecimentos	0,83
2.3. Autorização de utilização para Empreendimentos Turísticos	
2.3.1. Por emissão do alvará de autorização de utilização	40,59
2.3.2. Acresce ao montante referido no n.º 2.3.1., por cada m ² ou fração de áreas brutas de construção e de ocupação	
2.3.2.1. Parques de campismo e de caravanismo, por cada m ² ou fração de área de construção e de ocupação	0,62
2.3.2.2. Outros empreendimentos turísticos, por cada m ² ou fração de área de construção	0,93
2.4. Autorização de utilização para recintos de espetáculos e divertimentos públicos	
2.4.1. Por emissão do alvará de autorização de utilização	40,59
2.4.2. Acresce ao montante referido no n.º 2.4.1., por cada m ² de área ocupada	0,83
2.5. Autorização de utilização para Áreas de Serviço, Instalações de Abastecimento e/ou de Armazenagem de Combustíveis	
2.5.1. Por emissão do alvará de autorização de utilização	81,19
2.5.2. Acresce ao montante referido no n.º 2.5.1., por cada m ² de área ocupada	1,56
2.6. Autorização de utilização para fins industriais	
2.6.1. Por emissão do alvará de autorização de utilização	33,84
2.6.2. Acresce ao montante referido no n.º 2.6.1., por cada m ² de área ocupada	0,93

Quadro XVI

Realização de vistorias

Descrição	Taxa €
1. Vistoria a realizar para efeitos de emissão de autorização de utilização - Artigo 65.º do RJUE *	
1.1. Cada vistoria	59,83
1.2. Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	11,24
2. Vistoria para constituição de Propriedade Horizontal	
2.1. Apreciação de pedido de vistoria para constituição de propriedade horizontal *	
2.1.1. Cada vistoria *	67,00
2.1.2. Acresce a 2.1.1., por fogo ou unidade de ocupação *	17,52
2.1.3. Acresce a 2.1.1., por m ² ou fração *	0,74
3. Vistorias de salubridade e segurança - Artigo 90.º, do RJUE *	
3.1. Cada vistoria	77,93
3.2. Acresce por cada fogo ou unidade de ocupação	17,07
3.3. Acresce por m ² ou fração	0,74
4. Vistorias a Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos *	
4.1. Cada vistoria	66,02
4.2. Acresce por m ² ou fração	0,84

5. Vistorias relativas à instalação de postos de abastecimento ou armazenagem de combustíveis *	
5.1. Cada vistoria	147,66
5.2. Acresce por m2 ou fração	0,84
6. Vistorias a unidades móveis *	
6.1. Cada vistoria	40,14
7. Outras vistorias não previstas nos números anteriores *	
7.1. Cada vistoria	62,54

Quadro XVII

Emissão de alvará de licença parcial ou deferimento de obras de demolição, escavação e contenção periférica

Descrição	Taxa €
1. Apreciação do pedido de obras de demolição, escavação e contenção periférica nos termos do art.º 81.º do RJUE.	
1.1. Por apreciação	66,74
2. Emissão de licença parcial para construção de estrutura nos termos do artigo 23.º do RJUE	As taxas previstas no quadro XII

NOTA: A Taxa referida no ponto 2 do Quadro XVII é aplicável ao abrigo do n.º 4 do artigo 116 do RJUE.

Quadro XVIII

Prorrogações

Descrição	Taxa €
1. Prorrogações do prazo para a execução de obras	
1.1. Por apreciação do pedido *	54,40
1.2. Por emissão ou admissão da prorrogação	43,16
1.3. Acresce, a 1.2., por cada período de 30 dias ou fração	7,63
2. Prorrogação do prazo para a execução de obras em fase de acabamentos	
2.1. Por apreciação do pedido *	54,40
2.2. Por emissão ou admissão da prorrogação	43,16
2.3. Acresce, a 2.2., por cada período de 30 dias ou fração	7,63

Quadro XIX

Emissão de licença especial ou admissão de comunicação prévia relativa a obras inacabadas

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do pedido de emissão de licença especial ou admissão de comunicação prévia para conclusão de obras inacabadas *	54,40
2. Emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia	
2.1. Por emissão ou admissão	43,16
2.2. Acresce por cada período de 30 dias ou fração	7,63

Quadro XX

Informação simples ou prévia

Descrição	Taxa€
1. Pedido de informação simples art.º 110.º, n.º 1 do RJUE *	44,41
2. Pedido de informação prévia, nos termos do art.º 14.º, n.º 1 do RJUE *	92,48
3. Pedido de informação prévia, nos termos do art.º 14.º, n.º 2 do RJUE*	106,35
4. Renovação do prazo do pedido de informação prévia previsto no ponto 3	79,76

Quadro XXI

Operações de destaque

Descrição	Taxa€
1. Por apreciação do pedido *	51,04

Quadro XXII

Descrição	Taxa €
Taxas devidas por receção de obras de urbanização	
1. Receção provisória de obras de urbanização – cada vistoria *	106,54
2. Receção definitiva de obras de urbanização – cada vistoria *	115,06
3. Acresce às taxas cobradas nos pontos antecedentes, por cada fogo ou unidade de ocupação	12,79

Quadro XXIII

Taxa devida pela apresentação de elementos ao processo em apreciação

Descrição	Taxa€
1. Depósito da Ficha Técnica da Habitação *	5,50
2. Requerimento de averbamento *	30,50

NOTAS COMUNS AOS QUADROS I a XVIII:

1. As Taxas previstas nos quadros anteriores VIII a XXIII assinaladas com "*" serão cobradas com a apresentação do serviço;
2. As restantes taxas serão cobradas com a emissão do respetivo título, certidão, declaração ou parecer;

CAPÍTULO III

INTERVENÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PRIVADAS

Quadro XXIV

Sistema de Indústria Responsável (SIR)

Descrição	Taxa €
1. Pedido de emissão de título digital de instalação de estabelecimentos industriais do tipo 3	234,53
2. Alterações, aditamentos ou atualizações ao título digital de instalação de estabelecimentos industriais do tipo 3, nos termos previstos no SIR	234,53
3. Atendimento digital assistido à utilização do “Balcão do Empreendedor” (acresce à taxa 1 e 2, quando aplicável)	6,70
4. Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	28,53

Quadro XXV

Instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos

(em conformidade com o Decreto-Lei n.º 48/2011)

Descrição	Taxa€
1. Apreciação da comunicação prévia com prazo, quando a instalação depender da dispensa prévia de requisitos legais ou regulamentos aplicáveis às instalações, aos equipamentos e ao funcionamento das atividades económicas a exercer no estabelecimento	30,43

Quadro XXVI

Horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais

Descrição	Taxa€
1. Alterações excecionais ao horário de funcionamento para além dos limites estabelecidos	65,64
2. Pelo alargamento do horário para além dos limites estabelecidos (por cada)	
2.1. Pela apreciação	77,36
2.2. Acresce por cada hora adicional	38,69

Quadro XXVII

Prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caracter não sedentário

Descrição	Taxa€
1. Pela apreciação da comunicação prévia com prazo *	83,08
2. Em unidades móveis ou amovíveis localizadas em feiras ou espaços públicos autorizados para o exercício de venda ambulante ou localizados em espaço públicos ou privados de acesso público	
2.1. Por ano	311,56
2.2. Por mês	39,46
2.3. Por dia	2,59
3. Em instalações fixas nas quais ocorram menos de 10 eventos anuais	103,84

Quadro XXVIII

Alojamento local

Descrição	Taxa€
1. Vistorias	
1.1. Verificação de requisitos de estabelecimentos de alojamento local	158,16
1.2. Acresce por cada unidade de alojamento (quarto)	6,88

Quadro XXIX

Licenças diversas

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção do Alvará de licença	39,58
2. Emissão da licença ou autorização administrativa	85,21

Quadro XXX

Exercício de caça

Descrição	Taxa€
As taxas são fixadas em legislação especial	

Quadro XXXI

Atividade de guarda-noturno

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	39,58
2. Emissão ou renovação de licença (validade trienal);	68,12
3. Segunda via do cartão identificativo	10,33

Quadro XXXII

Atividade de acampamentos ocasionais

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	39,58
2. Emissão da Licença por dia ou fração.	68,22

Quadro XXXIII

Atividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas e eletrónicas de diversão – por máquina

Descrição	Taxa€
1. Registo	300,02
2. Segunda via do título de registo	91,25

Quadro XXXIV

Realização de espetáculos desportivos e divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	41,29
2. Emissão de licença para a realização de provas desportivas com carácter de competição;	21,44
3. Emissão de licença para manifestações desportivas não enquadráveis no ponto anterior;	32,16
4. Emissão de licença para realização de outros divertimentos (festividade/divertimento público) de carácter não desportivo.	32,16

Quadro XXXV

Funcionamento de recintos desportivos de uso público, de espetáculos e divertimentos públicos

Descrição	Taxa€
1. Instalação desportiva de uso público - mera comunicação prévia de abertura	21,45
2. Licença de utilização de espaço de jogo e recreio	22,33
3. Apreciação do processo de Recinto de espetáculo/divertimento público de natureza não artística com vista a obtenção de Alvará de Licença	103,54
4. Emissão de licença de utilização de recinto de espetáculo/divertimento público de natureza não artística	10,08
5. Emissão de licença de funcionamento de recintos itinerantes ou improvisados, por cada e por semana ou fração;	13,70

Quadro XXXVI

Atividade de fogueiras queimas e queimadas – por cada

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	20,07
2. Emissão da licença.	25,79

Quadro XXXVII

Peditórios

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	19,74
2. Emissão de licença, por dia, no máximo de 7 dias.	16,99

Quadro XXXVIII

Exercício da Atividade de Transportes de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros

Descrição	Taxa€
1. Licença de aluguer para veículos ligeiros - por veículo (a definir por concurso público)	
2. Averbamentos	34,12
3. Passagem de duplicados, segundas vias ou substituição de documentos deteriorados, destruídos ou extraviados - por cada	51,11
4. Vistoria ao veículo	85,21

Quadro XXXIX

Pedreiras, Saibreiras, Outros Inertes e Minas

Descrição	Taxa€
1. Organização, apreciação e encaminhamento – por cada	46,45
2. Emissão de alvará de licenciamento	96,86
3. Averbamento em nome de outro titular	36,18
4. Vistoria	96,86

Quadro XL

Emprego de substâncias explosivas

Descrição	Taxa€
1. Emprego de substâncias explosivas	
1.1. Por cada requisição	98,17
1.2. Informação sobre a idoneidade dos requerentes de licença para utilização de explosivos – por cada	98,34

CAPÍTULO IV

AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Quadro XLI

Ensaio e medições acústicas

Descrição	Taxa€
1. Avaliação do critério de incomodidade – artigo 13º, ponto 1 alínea b) do Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2007, de 1 de agosto;	990,15
2. Avaliação dos valores limite de exposição – artigo 11º do Decreto-Lei nº 9/2007, de 17 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2007, de 1 de agosto;	990,15
3. Avaliação do índice de isolamento sonoro a:	
3.1. Sons de condução aérea entre espaços contíguos;	139,97
3.2. Sons de percussão entre espaços contíguos;	139,97
3.3. Sons aéreos de fachadas e elementos de fachada.	139,97
4. Avaliação do Tempo de Reverberação;	139,97
5. Avaliação do Nível de Avaliação do ruído particular de equipamentos coletivos do edifício;	139,97
6. Avaliação do Nível sonoro contínuo equivalente;	220,94

Quadro XLII

Danos em espaços ajardinados e mobiliário e equipamento urbano ou outros bens do domínio público ou privado municipal

Descrição	Taxa€
Procedimento de avaliação de danos	52,24

NOTA:

1. À taxa prevista acresce o valor referente à reposição do bem, calculado tendo em consideração o custo das remunerações, prestações de serviços, materiais, equipamentos e administrativos necessários à integral reparação.

Quadro XLIII

Limpeza de terrenos

Descrição	Taxa€
Taxa devida pelo procedimento de avaliação, limpeza e desmatação de terrenos	114,76

NOTAS:

1. À taxa prevista acresce o valor referente ao preço pelo serviço prestado de limpeza e desmatação de terreno, calculado tendo em consideração o custo das remunerações, prestações de serviços, materiais, equipamentos e administrativos necessários à integral reparação.

Quadro XLIV

Licença especial de ruído para o exercício de atividades ruidosas de caráter temporário

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do pedido;	91,96
2. Emissão da Licença.	33,07

Quadro XLV

Limpeza de fossas e coletores

Descrição	Taxa€
1. Deslocação de auto cisterna – por cada deslocação	34,91

NOTA:

Aos valores previstos acresce IVA à taxa legal em vigor.

Quadro XLVI

Remoção e recolha de veículos

Descrição	Taxa€
Em conformidade com a Portaria 1424/2001 de 13 de dezembro	

NOTA:

Aos valores previstos acresce IVA à taxa legal em vigor.

Quadro XLVII

Serviço Veterinário Municipal (Canil/Gatil)

Descrição	Taxa€
1. Recolha e Captura de animais:	
1.1. Captura de animal na via pública;	36,10
1.2. Recolha de animal vivo a pedido do dono;	10,38
1.3. Recolha de cadáver de animal de companhia morto em casa do proprietário.	10,38
2. Hospedagem e alimentação por animal e por dia ou fração;	7,79
3. Occisão de animal;	10,38
4. Destruição de cadáver de animal.	10,38

CAPÍTULO V
COMPLEXO MUNICIPAL DA QUINTA DA GRUTA

Quadro XLVIII

Atividades da Escola de Educação Ambiental

Descrição	Taxa€
1. Participação em atividades nos sectores: laboratório, horta, animais, cozinha, ateliers e visitas temáticas / por participante	
1.1. Manhã das 9h00 às 12h30m	1,33
1.2. Tarde das 14h00 às 17h30m	1,33

Quadro XLIX

Cedência de utilização de espaços, por hora

Descrição	Taxa€
1. Auditório do Palacete	
1.1. Das 9h00m às 17h00m	34,80
1.2. Das 17h00m às 00h00m	55,56
1.3. Fins-de-semana, feriados e equiparados	69,56
2. Auditório da Escola Ambiental:	
2.1. Das 9h00m às 17h00m	34,80
2.2. Das 17h00m às 00h00m	55,56
2.3. Fins-de-semana, feriados e equiparados	69,46

NOTA:

1. Aos valores previstos acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.
2. As Associações e coletividades, legalmente constituídas sem fins lucrativos e que promovam eventos na área do Município da Maia, podem beneficiar de isenção das taxas previstas no presente quadro uma vez por ano, por despacho do Exmo. Presidente desde que o requeiram com antecedência mínima de 15 dias úteis

Quadro L

Cedência de utilização de equipamentos, por período ou fração

Descrição	Taxa€
1. Utilização de equipamentos audiovisuais, informáticos ou outros:	
1.1. Das 9h00m às 17h00m	55,66
1.2. Das 17h00m às 00h00m	88,98
1.3. Fins-de-semana, feriados e equiparados	111,22

NOTA:

1. Aos valores previstos acresce IVA à taxa legal em vigor, quando aplicável.
2. As Associações e coletividades, legalmente constituídas sem fins lucrativos e que promovam eventos na área do Município da Maia, podem beneficiar de isenção das taxas previstas no presente quadro uma vez por ano, por despacho do Exmo. Presidente desde que o requeiram com antecedência mínima de 15 dias úteis.

CAPÍTULO VI

OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO

Quadro LI

Ocupação do domínio público por motivo de obras

Descrição	Taxa€
1. Tapumes, ou outros resguardos, incluindo cabeceiras *	34,11
1.1. Acresce por m ² de superfície da via pública ocupada	1,49
1.2. Acresce por metro linear	0,74
1.3. Acresce por cada período de 30 dias ou fração	7,63
2. Andaimos *	34,11
2.1. Acresce por andar ou pavimento a que correspondam	1,49
2.2. Acresce por metro linear	0,74
2.3. Acresce por cada período de 30 dias ou fração	7,63
3. Outras ocupações, bem como aquelas que impliquem danificação de pavimento, sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição *	
3.1. Cada ocupação	34,11
3.2. Acresce por metro linear	0,74
3.3. Acresce por cada período de 30 dias ou fração	7,63
4. Prorrogação de prazo pela ocupação do domínio público por motivo de obras	Ao Valor Inicial acresce 25%

Quadro LII

Ocupação do domínio público aéreo

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	46,45
2. Alpendres fixos ou articulados, toldos e similares não integrados na estrutura dos edifícios - por metro quadrado e por ano:	26,24
3. Antenas de operadores de telecomunicações, instaladas no domínio público - por ano e por unidade:	
3.1. Instaladas no domínio público - por cada e por ano	4535,74
4. Fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos, por metro linear ou fração e por ano	5,25
5. Passarelas e outras ocupações - por metro quadrado da projeção sobre a via pública e por ano	10,49
6. Outras ocupações do espaço aéreo - por metro quadrado e por ano	10,49

Quadro LIII

Construções ou instalações especiais no solo ou subsolo

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	46,45
2. Postes e marcos - cada:	
2.1. Para suporte de fios telegráficos, telefónicos ou eléctricos - por ano;	87,26
2.2. Marco recetáculo de correio - por ano	69,80
3. Depósitos - por metro cúbico ou fração e por ano:	

3.1. À superfície.	
3.1.1. Capacidade até 10 m ³	20,87
3.1.2. Capacidade > 10 m ³	62,76
3.2. Subterrâneos	
3.2.1. Capacidade até 10 m ³	13,91
3.2.2. Capacidade > 10 m ³	41,87
4. Pavilhões, quiosques e similares – por metro quadrado e por ano.	17,45
5. Instalações provisórias, por motivo de festejos, pistas de automóveis, carrosséis e similares – por metro quadrado e por dia;	0,32
6. Circos e instalações similares de natureza sociocultural - por metro quadrado e por dia;	0,01
7. Ocupação com venda ambulante – por metro quadrado e por ano;	34,91
8. Veículos automóveis estacionados, para exercício de comércio e indústria – por cada veículo e por dia;	52,13
9. Reboques e semirreboques estacionados para o exercício de comércio e indústria – por cada dia;	174,54
10. Veículos pesados estacionados para o exercício de comércio e indústria – por cada veículo e por dia;	217,89
11. Outras ocupações que impliquem danificação do pavimento sem prejuízo da obrigatoriedade de reposição - valas e outras, por metro linear, por 15 dias ou fração;	10,49
12. Outras construções ou instalações especiais no solo ou subsolo - por metro quadrado e por ano.	8,68

Quadro LIV

Ocupações do espaço público a que se aplica o regime de comunicação prévia com prazo e da mera comunicação prévia.

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do pedido da comunicação prévia com prazo	57,96
2. Ocupação do espaço público nos casos a que se aplica o regime de comunicação prévia com prazo ou da mera comunicação prévia:	
2.1. Toldo e respetiva sanefa, por metro quadrado e por ano ou fração	25,70
2.2. Esplanadas abertas por metro quadrado e por mês ou fração	1,86
2.3. Estrados e guarda-ventos por metro quadrado e por mês ou fração	6,81
2.4. Vitrinas e expositores por metro quadrado e por mês ou fração	56,88
2.5. Arcas e máquinas de gelados, brinquedos mecânicos e equipamentos similares e aquecedores, por metro quadrado e por mês ou fração	4,74
2.6. Suportes publicitários:	
2.6.1. Placas, chapas, letras soltas ou símbolos semelhantes – por metro quadrado e por ano	56,88
2.6.2. Dispositivos destinados a anúncios e reclamos – por metro quadrado e por ano	56,88
2.6.3. Painéis, outdoors, muppies e semelhantes – por metro linear de frente e por ano	72,70
2.6.4. Postes e marcos para colocação de anúncios – por cada e por ano	6,81
2.6.5. Outros suportes – por metro quadrado e por ano	6,81

Quadro LV

Outras ocupações do domínio público

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	38,79
2. Aparelhos de ar condicionado, fixos no exterior de edifícios – por cada e por ano ou fração:	69,56
3. Tubos, condutas e outros cabos condutores e semelhantes – por metro linear ou fração e por ano:	
3.1. Para uso agrícola	0,44

3.2. Para outros fins:	
3.2.1. Aéreos;	7,19
3.2.2. Subterrâneos.	3,09
4. Cabine ou posto telefónico – por ano.	92,86
5. Outras ocupações da via pública – por metro quadrado e por mês.	6,96
6. Outras ocupações da via pública – por metro quadrado e por dia	0,46

NOTAS GERAIS DO CAPÍTULO:

1. Nas renovações automáticas as taxas a liquidar e cobrar serão as seguintes:

1.1 Não há lugar a liquidação e cobrança da taxa de apreciação, nas situações em que esta esteja prevista na Tabela Anexa para a emissão das licenças e das autorizações iniciais;

1.2 O valor das taxas da emissão da licença ou da autorização será reduzida 40% relativamente ao valor das calculadas por aplicação dos correspondentes valores previstos para cada situação na Tabela Anexa;

1.3 Não se aplica à determinação das taxas o previsto nas alíneas anteriores se, por iniciativa do requerente, forem introduzidas alterações às condições do licenciamento ou autorização existente.

2. Todos os ocupantes da via pública com quaisquer instalações devem manter os locais limpos e asseados, sem dano ou perigo para a segurança dos transeuntes e, quando da retirada, são responsáveis pelos estragos resultantes da instalação.

CAPÍTULO VII

OCUPAÇÃO DE DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL

Quadro LVI

Ocupação de solo com eventos temporários

Descrição	Taxa€
1. Ocupação de solo com eventos temporários – por metro quadrado ou fração;	4,46
2. Acresce ao valor anterior, por cada dia além do primeiro.	1,38

CAPÍTULO VIII

CONDUÇÃO E REGISTO DE VEÍCULOS

Quadro LVII

Licenças de condução

Descrição	Taxa€
1. Averbamentos efetuados na licença de condução;	5,84
2. De segundas vias, da licença de condução.	6,96

CAPÍTULO IX

PUBLICIDADE

Quadro LVIII

Publicidade Sonora

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	52,48
2. Com altifalantes ou outros aparelhos sonoros, emitindo, com fins publicitários, na ou para a via pública:	
2.1. Por semana;	5,47
2.2. Por mês;	17,68
2.3. Por ano.	169,73

Quadro LIX

Publicidade em meios aéreos

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	52,48
2. Publicidade em aviões, balões de ar quente, zepelim, parapentes e outros – por cada e por dia.	23,51

Quadro LX

Publicidade em veículos

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença, por viatura	45,41
2. Veículos de particulares ou de empresas, por metro quadrado e viatura:	
2.1. Por mês ou fração;	2,28
2.2. Por ano.	22,48
3. Veículos utilizados exclusivamente para o exercício da atividade de publicidade - por metro quadrado e viatura:	
3.1. Por mês ou fração;	3,04
3.2. Por ano.	29,31
4. Publicidade em transportes públicos – por metro quadrado e viatura:	
4.1. Por mês ou fração;	2,79
4.2. Por ano.	26,90
5. Outra publicidade em veículos – por metro quadrado e viatura:	
5.1. Por mês ou fração;	4,57
5.2. Por ano.	44,94

Quadro LXI

Publicidade em mobiliário urbano

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	52,48
2. Muppies, abrigos de transportes públicos e outros equipamentos semelhantes que sejam utilizados como suportes publicitários – por metro quadrado;	
2.1. Por mês ou fração;	5,89
2.2. Por ano.	46,33

Quadro LXII

Publicidade em edifícios, andaimes e outras construções

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	52,48
2. Anúncios luminosos ou iluminados – por metro quadrado:	
2.1. Por mês ou fração;	4,91
2.2. Por ano.	47,11
3. Anúncios eletrônicos e outros semelhantes – por metro quadrado:	
3.1. Por mês ou fração;	6,51
3.2. Por ano.	62,76
4. Lonas, telas, faixas e outros similares – por metro quadrado:	
4.1. Por mês ou fração;	2,85
4.2. Por ano.	31,37
5. Outra publicidade em edifícios, andaimes e outras construções, por metro quadrado:	
5.1. Por mês ou fração;	2,44
5.2. Por ano.	23,51

Quadro LXIII

Campanhas publicitárias de rua

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença;	58,64
2. Distribuição de panfletos publicitários – por milhar/dia;	44,94
3. Distribuição de produtos – por dia;	67,42
4. Provas de degustação – por dia;	67,42
5. Outras ações promocionais de rua de natureza publicitária – por dia.	67,42

Quadro LXIV

Publicidade diversa

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção de licença	52,48
2. Painéis e outdoors – por metro quadrado:	
2.1. Por mês ou fração;	5,89
2.2. Por ano.	56,58
3. Painéis rotativos e anúncios eletrónicos – por metro quadrado:	
3.1. Por mês ou fração;	7,07
3.2. Por ano.	67,86
4. Pendões, bandeiras e bandeirolas e outros similares – por cada	
4.1. Por mês ou fração;	2,28
4.2. Por ano.	22,58
5. Colunas, pórticos, totens e outros similares – por metro quadrado:	
5.1. Luminosos ou iluminados;	
5.1.1. Por mês ou fração;	3,88
5.1.2. Por ano.	37,66
5.2. Sem qualquer tipo de iluminação.	
5.2.1. Por mês ou fração;	2,44
5.2.2. Por ano.	23,51
6. Outros meios de publicidade não incluídos nos números anteriores – por metro quadrado:	
6.1. Por mês ou fração;	2,44
6.2. Por ano.	23,51

Quadro LXV

Alterações ao suporte publicitário e averbamento de substituição do titular

Descrição	Taxa€
1. Alteração ao suporte publicitário – por cada;	42,20
2. Averbamento da substituição do titular do licenciamento de publicidade – por cada.	39,12

NOTAS GERAIS DO CAPÍTULO:

1. A afixação e a inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, que cumpra os requisitos definidos nas alíneas b) e c) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º da alteração da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto - artigo 31.º do DL 48/2011, está isenta de licenciamento, autorização, comunicação ou qualquer ato permissivo, tendo, no entanto, que cumprir os critérios definidos pelo município para a sua afixação ou subsidiariamente os critérios referidos no anexo IV do referido decreto.

2. Nas renovações automáticas as taxas a liquidar e cobrar serão as seguintes:

2.1 Não há lugar a liquidação e cobrança da taxa de apreciação, nas situações em que esta esteja prevista na Tabela para a emissão das licenças e das autorizações iniciais.

2.2 O valor das taxas da emissão da licença ou da autorização será reduzida em 40% relativamente ao valor das calculadas por aplicação dos correspondentes valores previsto para cada situação na Tabela Anexa;

2.3 Não se aplica à determinação das taxas o previsto nas alíneas anteriores se, por iniciativa do requerente, forem introduzidas alterações às condições do licenciamento ou autorização existentes.

3. A renovação das licenças com prazo inferior a um ano, deverá ser requerida e paga até ao último dia de validade da licença anterior, podendo o requerimento ser verbal.

3. As taxas deste Capítulo acumulam com as fixadas no Capítulo V, sempre que se verifique a ocupação da via pública;

CAPÍTULO X
MERCADOS E FEIRAS

Quadro LXVI

Mercado Coronel Moreira

Descrição	Taxa€
1. Lojas - de A a L, sector A - por mês:	46,77
2. Arrecadação – Sector A – por mês	39,01
3. Lojas L e M sector G - por mês:	59,89
4. Bancas do sector B, incluindo o terrado adjacente - por mês e cada:	
4.1. Bancas 1, 10, 11 e 20;	16,21
4.2. Bancas 2 a 9 e 12 a 19;	10,85
5. Bancas do sector C, incluindo o terrado adjacente - por mês e cada:	
5.1. Bancas 1, 10, 11 e 20	16,21
5.2. Bancas 2 a 9 e 12 a 19	10,85
6. Mesas de panos, sector D, incluindo o terrado adjacente (de 1/2 a 31/32) - por mês e cada par;	13,47
7. Bancas de peixe do sector E (1 a 10) por mês e por cada lugar;	12,65
8. Mesas do sector F (de 1/2 a 19/20) por mês e cada par;	14,37
9. Lugares no posto de venda de carne, sector G - por mês e cada:	
9.1. Lugares 1 e 8;	26,06
9.2. Lugares 2 a 7.	25,08
10. Lugares de terrado por dia e cada:	
10.1. Anexo ao sector A – lugares 1 a 5;	2,85
10.2. Anexo ao sector B – lugares 22 a 31;	2,39
10.3. Sector D – lugares	0,68
10.4. Sector E – lugares	0,68
10.5. Anexo ao sector F – lugares 11 a 21;	2,50
10.6. Anexo ao sector G:	
10.6.1. Lugares 1 a 4	1,80
10.6.2. Lugares 5 a 10	3,64

Quadro LXVII

Mercado de Pedrouços

Descrição	Taxa€
1. Lojas - de A a L - por mês e cada;	59,44
2. Lojas – de M a Q – por mês e cada;	32,17
3. Loja R – por mês	64,22
4. Barracas - 1 a 20 - por mês e cada;	15,29
5. Barracas novas - de 1 a 18 - por mês e cada;	37,98
6. Lugares de terrado - por metro quadrado e por dia - cada:	0,44

Quadro LXVIII

Mercado da Maia

Descrição	Taxa€
1. Lojas 1 a 3 – por mês e cada	32,17
2. Barracas 1 e 15 – por mês e cada	22,00
3. Barracas 2 a 14 e 16 – por mês e cada	23,14
4. Lugares de terrado com toldo, por mês e cada:	
4.1. Lugares 1 a 3, 5 e 9 a 11	22,14
4.2. Lugares 4, 6, 7 e 8	13,37
4.3. Lugares 12 a 52	9,94
4.4. Lugares 53 a 62	27,72
5. Lugares de terrado - por metro quadrado e por dia - cada	0,44

Quadro LXIX

Feira de velharias e antiguidades

Descrição	Taxa€
1. Ocupação de terrado – por semestre:	
1.1. Tipo I (6,00 x 5,20 = 31,00 m ²)	12,55
1.2. Tipo II (6,00 x 3,50 = 21,00 m ²)	8,46
1.3. Tipo III (3,60 x 3,50 = 12,60 m ²)	5,01
1.4. Eventuais	5,01

Quadro LXX

Atividades de venda ambulante

Descrição	Taxa€
1. Para venda ambulante, incluindo o custo do cartão:	
1.1. Sem viatura auto	22,00
1.2. Com viatura auto.	42,09
2. Revalidação ou segunda via do cartão de vendedor ambulante:	
2.1. Sem viatura auto	19,85
2.2. Com viatura auto	35,14

NOTAS GERAIS DO CAPÍTULO:

- Cada titular do lugar de venda, pessoa singular ou coletiva, não poderá ocupar mais de dois lugares, sendo, porém, a taxa mensal em relação ao segundo onerada em 50%.
- As taxas mensais serão pagas até ao dia 10 de cada mês e sempre em relação ao mês seguinte.
- A falta de pagamento das taxas, previstas no número anterior, até ao último dia do mês em que o mesmo se deveria ter verificado, implica a perda do direito ao lugar, sem prejuízo da cobrança da taxa devida acrescida dos juros de mora.

CAPÍTULO XI
CONTROLO METROLÓGICO DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO

Quadro LXXI
Controlo Metrológico

Descrição	Taxa€
As taxas devidas pelo controlo metrológico de instrumentos de medição são as fixadas nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 202/83, de 19 de maio, e pelo Despacho conjunto dos Ministérios da Indústria e Energia e da Administração Interna de 19 de setembro de 1984.	

CAPÍTULO XII
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E DE RECREIO

Quadro LXXII
Atividade Desportiva - Geral

Descrição	Taxa€
1. Inscrição – por ano (Ginástica, Ténis e Piscinas)	14,02
2. Renovação – por ano (Ginástica, Ténis e Piscinas)	14,02

Quadro LXXIII

Complexo Municipal de Ginástica

Descrição	Taxa€
1. Ginástica artística/Acrobática/rítmica/Trampolins - pagamento mensal:	
1.1. Iniciação (2 horas/4 dias por semana);	72,67
1.2. Competição (3 horas/6 dias por semana);	159,72
2. Ginástica bebés (18 a 36 meses) - pagamento mensal:	
2.1. 1 h / 1 dia por semana;	18,62
2.2. 1h30m / 1 dia por semana;	30,92
2.3. 1h / 2 dias por semana.	41,29
3. Minis (3 a 5 anos) - pagamento mensal:	
3.1. 1 h / 1 dia por semana;	21,33
3.2. 1h30m / 1 dia por semana;	31,93
3.3. 1h / 2 dias por semana;	42,55
3.4. 1h30m / 2 dias por semana;	63,77
3.5. 1h / 3 dias por semana.	63,77
4. Play-Gym (6 a 16 anos) - pagamento mensal:	
4.1. 1h / 1 dia por semana;	14,71
4.2. 1h30m / 1 dia por semana;	22,15
4.3. 1h / 2 dias por semana;	29,44
4.4. 1h30m / 2 dias por semana;	44,14
4.5. 1h / 3 dias por semana;	44,14
4.6. 1h / 4 dias por semana.	58,97
5. Ginástica para adultos (> 18 e ≤ 60 anos) - pagamento mensal:	
5.1. 1h / 1 dia por semana;	13,48

5.2. 1h / 2 dias por semana;	26,80
5.3. 2h / 2 dias por semana;	53,61
5.4. 2h / 3 dias por semana.	80,41
6. Ginástica sénior (> 60 anos) - pagamento mensal:	
6.1. 1h / 1 dia por semana;	13,48
6.2. 1h / 2 dias por semana.	26,80
7. Prep. Ensino Superior - pagamento mensal:	
7.1. 1h / 1 dia por semana;	24,19
7.2. 1h / 2 dias por semana;	48,47
7.3. 2h / 2 dias por semana;	96,86
7.4. 2h / 3 dias por semana.	144,86
8. Manutenção/Fitness – pagamento mensal:	
8.1. aeróbica 30m / 2 dias por semana;	16,10
8.2. step 1h / 1 dia por semana;	16,10
8.3. funky 1h / 1 dia por semana;	16,10
8.4. funky 1h / 2 dias por semana;	32,28
8.5. localizada 1h / 3 dias semana;	48,36
8.6. outras 1h/ 4 dias por semana.	64,44
9. Dança do ventre – pagamento mensal:	
9.1. 1h / 1 dia por semana;	16,99
9.2. 1h / 2 dias por semana;	34,12
9.3. 1 h / 3 dias por semana;	51,11
9.4. 1h / 4 dias por semana.	68,22
10. Musculação e cardiofitness – pagamento mensal:	
10.1. 1h / 1 dia por semana	17,45
10.2. 1h / 2 dias por semana	34,80
10.3. 1h / 3 dias por semana	52,24
10.4. 1h / 4 dias por semana	69,56
11. Danças de salão – pagamento mensal:	
11.1. 1h / 2 dias por semana	33,07
11.2. 1 h / 3 dias por semana	49,60
11.3. 1h / 4 dias por semana	66,17
12. Artes marciais, Tai-Chi-Chuan, Ioga, Capoeira - pagamento mensal:	
12.1. 1h / 1 dia por semana	11,40
12.2. 1h / 2 dias por semana	22,69
12.3. 1h / 3 dias por semana	34,12
12.4. 1h / 4 dias por semana	45,52
13. Saúde e Bem-estar – pagamento mensal:	0,00
13.1. 1h / 1 dia por semana	12,98
13.2. 1h30m / 1 dia por semana	19,51
13.3. 1h / 2 dias por semana	26,02
13.4. 1h / 3 dias por semana	38,89
14. Cartões - Regime livre - pagamento mensal:	
14.1. Cartão Ouro Musc. + Fitness	86,71

14.2. Cartão Ouro Musc.	83,26
14.3. Cartão Ouro Fitness	58,18
15. Cartões - das 8h às 17h + Sábado - pagamento mensal:	
15.1. Cartão Prata Musc + Fitness	69,80
15.2. Cartão Prata Musc.	66,85
15.3. Cartão Prata Fitness	46,78
16. Sauna – Pagamento único	4,57
17. Aula livre – Pagamento único:	
17.1. 1h	4,57
17.2. 1h30m	6,84
17.3. 2h	9,24
18. Entradas – Pagamento único:	
18.1. Espetáculos, saraus e galas	
18.2. Campeonatos e torneios	
19. Cursos, Workshops, Ações de Formação, Conferências, colóquios, Outros – Pagamento único	
19.1. 4 h	
19.2. 8 h	
19.3. 10 h	
19.4. 20 h	
19.5. 30 h	
20. Fun Day – Pagamento único por pessoa	4,46
21. Cedência de utilização de Ginásio 1 – por hora	60,47
22. Cedência de utilização de Ginásio 2 – por hora	33,99
23. Cedência de utilização de Ginásio 3 - Sala 3A/ Sala 3B – por hora	22,69
24. Cedência de utilização de Sala Fitness – por hora	33,99
25. Cedência de utilização de Salas de Apoio – por hora	2,28
26. Cedência de utilização de Loja – por hora	2,28
27. Cedência de utilização de Sala de Musculação/Cardiofitness – por hora	39,95
28. Cedência de utilização de Gabinete médico – por hora	4,57
29. Encargos de luz inerentes à cedência de utilização:	
29.1. Nível 1/hora	0,68
29.2. Nível 2/hora	1,33
30. Cedência de utilização de Parede de Escalada	
30.1. Por hora	2,95
30.2. Por mês:	
30.2.1. Por hora /semana	11,87
30.2.2. Livre	353,64

NOTAS:

1. As taxas por frequência de aulas com três ou mais horas de utilização semanal previstas nos pontos 1;3;4;5;7;8;9;10;11;12 e 13, tem uma redução de 20% e 30%, respetivamente sobre o valor a cobrar.
2. As taxas de utilizações com cartões, previstas nos pontos 14 e 15, têm uma redução de 20%.
3. Ao valor de taxas constante no ponto 16 acresce IVA à taxa legal em vigor.
4. As taxas constantes dos pontos 18 e 19 serão fixadas sobre deliberação do executivo, tendo por base a estrutura de custos associada ao respetivo evento, sem prejuízo de poder verificar-se isenção ou redução das mesmas, sempre que tal seja deliberado nos termos do previsto no artigo 7º n.º 7 do presente regulamento.

Quadro LXXIV

Complexo Municipal de Ténis

Descrição	Taxa€
1. Aulas Grupo – pagamento mensal:	
1.1. Miniténis 1h/semana	15,06
1.2. Mini -ténis estabelecimento de ensino 1h/semana	15,06
1.3. Programa jovem 1.º experiência 1h/semana	15,06
1.4. Nível 1, 2, 3, 4 e 5	
1.4.1. 2h/semana	37,66
1.4.2. 3h/semana	56,47
1.4.3. 4h/semana	75,27
1.4.4. 5h/semana	93,53
1.4.5. 6h/semana	112,95
1.4.6. 7h/semana	131,76
1.4.7. 8h/semana	150,58
1.4.8. 9h/semana	169,39
1.4.9. 10h/semana	188,22
1.4.10. 11h/semana	206,47
1.4.11. 12h/semana	225,85
1.4.12. 13h/semana	244,11
1.4.13. 14h/semana	262,36
1.4.14. 15h/semana	281,76
2. Aulas Individuais:	
2.1. Série de 10 Horas;	376,44
2.2. Uma aula.	37,66
3. Programa de Férias:	
3.1. Alunos de Escola de Ténis da Maia	
3.1.1. Uma semana 3h/dia;	281,76
3.1.2. Uma semana 5h/dia.	470,00
3.2. Outros alunos:	
3.2.1. Uma semana 3h/dia;	281,76
3.2.2. Uma semana 5h/dia.	470,00
4. Torneios	
4.1. Alunos da Escola de Ténis da Maia	
4.1.1. Torneios internos;	11,40
4.1.2. Torneio de miniténis.	9,13
4.2. Outros atletas	
4.2.1. Torneios internos;	13,70
4.2.2. Torneio de miniténis;	11,40
4.2.3. Outros.	45,62
5. Cedência de utilização de court em terra batida	
5.1. Singulares:	
5.1.1. Sem Luz	8,46

5.1.2. Com luz – nível 1	13,10
5.1.3. Com luz – nível 2	15,88
5.2. Pares:	
5.2.1. Sem Luz	8,78
5.2.2. Com luz – nível 1	13,60
5.2.3. Com luz – nível 2	16,31
5.3. Cartões pré-pagos:	
5.3.1. Séries de 10 entradas sem luz	87,60
5.3.2. Séries de 10 entradas com luz - nível 1	135,75
5.3.3. Séries de 10 entradas com luz - nível 2	163,12
5.3.4. Séries de 20 entradas sem luz	175,20
5.3.5. Séries de 20 entradas com luz - nível 1	271,49
5.3.6. Séries de 20 entradas com luz - nível 2	326,24
6. Cedência de utilização de Instalações para a realização de torneios e eventos organizados por terceiros – por court e por hora	23,37
7. Cedência de utilização de court em outros pisos:	
7.1. Semana e Fim-de-semana:	
7.1.1. Horário Diurno	5,47
7.1.2. Horário Noturno – Nível 1	9,59
7.1.3. Horário Noturno – Nível 2	12,75
7.2. Cartões Pré-pagos:	
7.2.1. Horário Diurno – Série de 10	54,86
7.2.2. Horário Diurno – Série de 20	109,74
7.2.3. Horário Noturno – Série de 10 – Nível 1	96,04
7.2.4. Horário Noturno – Série de 10 – Nível 2	128,00
7.2.5. Horário Noturno - Série de 20 – Nível 1	191,62
7.2.6. Horário Noturno - Série de 20 – Nível 2	255,53
8. Cedência de utilização de Parede de Escalada Interior:	0,00
8.1. Utilização única / hora	2,95
8.2. Utilização mensal:	0,00
8.2.1. 1 h /semana	11,87
8.2.2. 2 h /semana	23,73
8.2.3. Utilização Livre	355,88

NOTAS:

1. As inscrições em Torneios carecem de legislação própria definidas pelas respectivas associações e federações.
2. As taxas para frequência de 3 (três) ou mais horas semanais têm respectivamente, uma redução de 20% e 30%, sobre a taxa a cobrar.
3. As taxas para cedência de utilização dos courts através de cartão pré-pago tem uma redução de 10% sobre a taxa a cobrar.

Quadro LXXV

Complexo Municipal de Piscinas

Descrição	Taxa€
I – PISCINAS COBERTAS:	
1. Natação/banho livre:	
1.1. Jovens até 15 anos/ por hora;	2,50
1.2. Adultos > 60 anos;	2,95
1.3. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos;	2,95
1.4. Séries de 10 entradas:	
1.4.1. Jovens até 15 anos;	24,98
1.4.2. Adultos > 60 anos;	29,91
1.4.3. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	29,91
1.5. Séries de 20 entradas:	
1.5.1. Jovens até 15 anos;	50,10
1.5.2. Adultos > 60 anos;	59,76
1.5.3. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	59,76
2. Escolas de Natação:	
2.1. Aulas 1 vez por semana:	
2.1.1. Bebés 2-4 anos;	16,10
2.1.2. Crianças dos 5 aos 15 anos;	19,17
2.1.3. Adultos >60 anos;	20,30
2.1.4. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	23,02
2.2. Aulas 2 vezes por semana:	
2.2.1. Bebés 2-4 anos;	25,68
2.2.2. Crianças dos 5 aos 15 anos;	30,57
2.2.3. Adultos > 60 anos;	32,52
2.2.4. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	36,84
2.3. Aulas 3 vezes por semana:	
2.3.1. Bebés 2-4 anos;	38,56
2.3.2. Crianças dos 5 aos 15 anos;	45,97
2.3.3. Adultos > 60 anos;	48,70
2.3.4. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	55,33
3. Hidroginástica:	
3.1. Aulas 1 vez por semana:	
3.1.1. Adultos > 60 anos;	20,07
3.1.2. Jovens > 15 ou adultos ≤ 60 anos.	20,07
3.2. Aulas 2 vezes por semana:	
3.2.1. Adultos > 60 anos;	36,18
3.2.2. Jovens > 15 ou adultos ≤ 60 anos.	36,18
3.3. Aulas 3 vezes por semana:	
3.3.1. Adultos > 60 anos;	54,29
3.3.2. Jovens > 15 ou adultos ≤ 60 anos.	54,29
4. Hidrobike:	

4.1. Aulas 1 vez por semana;	42,09
4.2. Aulas 2 vezes por semana;	80,76
4.3. Aulas 3 vezes por semana.	121,02
5. Natação/ Infantários e Outros:	
5.1. Infantários – pagamento mensal (valor por turma):	
5.1.1. Aulas 1 vez por semana;	266,93
5.1.2. Aulas 2 vezes por semana;	427,78
5.1.3. Aulas 3 vezes por semana.	638,80
5.2. Escolas públicas – pagamento mensal (valor por turma):	
5.2.1. Aulas 1 vez por semana;	266,93
5.2.2. Aulas 2 vezes por semana;	427,78
5.2.3. Aulas 3 vezes por semana.	638,80
6. Cedência de utilização dos Tanques – pagamento único:	
6.1. Semana e Fim-de-semana/ por hora:	
6.1.1. Tanque de 25m;	125,48
6.1.2. Tanque de 12m;	55,33
6.1.3. Chapinheiro.	9,59
II – PISCINAS DESCOBERTAS:	
1. Natação banho livre	
1.1. Utilização por 5 horas	
1.1.1. Jovens até 15 anos;	4,10
1.1.2. Adultos > 60 anos;	4,10
1.1.3. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	4,10
1.2. Utilização por dia	
1.2.1. Jovens até 15 anos;	8,22
1.2.2. Adultos > 60 anos;	8,22
1.2.3. Jovens ≥15 ou adultos ≤ 60 anos.	8,22
2. Cedência de utilização dos Tanques:	
2.1. Semana e Fim-de-semana/ por hora:	
2.1.1. Tanque de 25m;	82,14
2.1.2. Tanque de 12m;	34,23
2.1.3. Chapinheiro.	6,84

NOTAS:

1. As taxas previstas nos pontos 5.1 e 5.2, quando os utilizadores forem Infantários Oficiais, IPSS e Escolas Públicas do Ensino Básico e Secundário do Concelho da Maia têm uma redução de 50% sobre a taxa a cobrar.
2. As taxas para frequência de aulas com 3 (três) ou mais horas de utilização semanal têm, respetivamente, uma redução de 20% e 30%, sobre a taxa a cobrar.
3. As crianças com idade inferior a 3 (três) anos de idade estão isentas de pagamento da taxa prevista para a utilização para banho livre, e desde que acompanhadas de um adulto.
4. As taxas para frequência de banho livre através de cartão pré-pago tem uma redução de 10% sobre a taxa a cobrar.

Quadro LXXVI

Pista de Atletismo

Descrição	Taxa€
1. Cedência de utilização individual da pista:	
1.1. Semana e Fim-de-semana/ por hora:	
1.1.1. Horário Diurno;	1,14
1.1.2. Horário Noturno.	1,26
2. Cedência de utilização da pista para eventos:	
2.1. Semana e Fim-de-semana	
2.1.1. Horário Diurno – 3 horas;	163,12
2.1.2. Horário Noturno – 3 horas.	179,09

Quadro LXXVII

Grandes Campos de Jogos

Descrição	Taxa€
1. Relvado Natural	
A. Estádio Municipal Prof. José Vieira de Carvalho:	
1.1. Semana e Fim-de-semana	
1.1.1. Horário Diurno	
1.1.1.1. 1 h	570,38
1.1.1.2. 1h 30m	855,55
1.1.2. Horário Noturno	
1.1.2.1. 1 h	690,13
1.1.2.2. 1 h 30m	1026,67
B. Outros Estádios/Campos:	
1.2. Semana e Fim-de-semana	
1.2.1. Horário Diurno	
1.2.1.1. 1 h	193,93
1.2.1.2. 1h 30m	290,89
1.2.2. Horário Noturno	
1.2.2.1. 1h	228,15
1.2.2.2. 1 h 30m	342,22
2. Relvado Sintético	
2.1. Semana e Fim-de-semana	
2.1.1. Horário Diurno	
2.1.1.1. 1 h	62,76
2.1.1.2. 1h 30m	93,53
2.1.2. Horário Noturno	
2.1.2.1. 1 h	75,27
2.1.2.2. 1 h 30m	114,08
3. Campo Pelado	
3.1. Semana e Fim-de-semana	

3.1.1. Horário Diurno	
3.1.1.1. 1 h	26,69
3.1.1.2. 1h 30m	40,06
3.1.2. Horário Noturno	
3.1.2.1. 1 h	32,96
3.1.2.2. 1 h 30m	49,39

Quadro LXXVIII

Pavilhões Desportivos

Descrição	Taxa€
1. Semana e Fim-de-semana	
1.1. 1 h	59,76
1.2. 1 h 30m	89,54

Quadro LXXIX

Polidesportivos Municipais ao ar livre

Descrição	Taxa€
1. Semana e Fim-de-semana	
1.1. 1 h	5,47
1.2. 1 h 30m	8,22

NOTAS GERAIS DO CAPÍTULO:

- As taxas constantes do presente capítulo serão reduzidas em 20% quando utilizadas por residentes do concelho da Maia, contraentrega de documento comprovativo de residência no Concelho.
- Aos utilizadores com mais de 60 anos e menos de 15 anos, desconto de 20% sobre o valor a cobrar.
- O pagamento do seguro é único e obrigatório e acresce às taxas do presente capítulo.
- Em dias feriado e interrupções no calendário, a cedência de instalações acresce 25% sobre o valor a cobrar.
- Todas as cedências e serviços efetuados entre as 9H00 e as 17H00 em dias de semana têm uma redução de 10% sobre o valor da taxa prevista para a respetiva utilização.
- A utilização familiar dos equipamentos terá uma redução de 10% nas taxas previstas, por cada familiar direto do utilizador (pai, mãe e/ou irmã/ão), para além do primeiro utilizador e enquanto se mantiver a utilização familiar.
- Nos termos do código do IVA, ao valor cobrado pela cedência de utilização de espaços constantes no presente capítulo, quando efetuadas por pessoas coletivas, acresce IVA à taxa legal em vigor.
- Quando por iniciativa do sujeito passivo, por motivo de força maior devidamente fundamentado, seja solicitada a devolução de importâncias antecipadamente pagas para a utilização das instalações desportivas, não haverá lugar à devolução do último mês.
- O pagamento das taxas deve ser efetuado na íntegra e sem quaisquer interrupções, independentemente da frequência, exceto quando o utilizador apresente atestado médico devidamente autenticado, comprovativo por prazo igual ou inferior a 30 (trinta dias) dias por ano, de impossibilidade para a prática de atividade física. Esta solicitação é efetuada através do preenchimento de um requerimento ao qual está subjacente o pagamento de uma taxa prevista no Quadro I da presente tabela.
- As coletividades, legalmente constituídas e com sede na área do Município da Maia, têm uma redução de 90% do valor de quaisquer taxas pela utilização das instalações desportivas no desenvolvimento das suas atividades, mediante a prévia formalização do contrato programa de desenvolvimento desportivo.
- As isenções ou reduções previstas não são acumuláveis entre si, nem com outras isenções ou reduções previstas em legislação e regulamento específico ou neste regulamento, à exceção do n.º 1

CAPÍTULO XIII

PROTECÇÃO CIVIL

Quadro LXXX -

Saída de Viaturas

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo associado á saída de viaturas	14,24
2. Acresce à taxa anterior o custo por Km da saída de viaturas:	
2.1. Ligeiras	0,45
2.2. Pesadas	1,15

Quadro LXXXI

Intervenções de emergência

Descrição	Taxa€
1. Limpeza de pavimento com "biocal" / saco	6,70
2. Utilização de gerador de corrente, por hora	19,00
3. Utilização de holofotes ou similar, por hora	19,00
4. Utilização de motobomba, por hora	19,00
5. Acresce o custo por cada operacional interveniente	12,10
6. Elaboração do Plano de Contingência	61,18

Quadro LXXXII

Utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos durante o designado período crítico de incêndios

Descrição	Taxa€
1. Apreciação do processo com vista a obtenção da autorização	42,89
2. Emissão da Licença ou autorização	42,89

Quadro LXXXIII

Simulacros e recomendação de sinalética

Descrição	Taxa€
1. Vistoria de preparação:	
1.1. Estabelecimentos de ensino privados;	31,49
1.2. Empresas e outras instituições privadas.	31,49
2. Participação como observadores:	
2.1. Estabelecimentos de ensino privados;	24,52
2.2. Empresas e outras instituições privadas.	24,52

Quadro LXXXIV

Atividades diversas

Descrição	Taxa€
1. Vistorias	38,32
2. Acompanhamento de coletividades, associações e outras instituições em eventos ou atividades de culto.	31,49

NOTA:

No ponto 2., acresce o custo do serviço prestado.

CAPÍTULO XIV

POLÍCIA MUNICIPAL

Quadro LXXXV

Certificados de Registo de Cidadão da união Europeia

Descrição	Taxa€
1. Pela emissão do certificado de registo de cidadão da união Europeia (em conformidade com a legislação vigente aplicável);	
2. Pela emissão em caso de extravio, roubo ou deterioração do certificado de registo de cidadão da União Europeia (em conformidade com a legislação vigente aplicável).	

CAPÍTULO XV

BIBLIOTECA

Quadro LXXXVI

Diversas

Descrição	Taxa€
1. Serviço de empréstimo interbibliotecas;	5,25
2. Emissão de 2ª via do cartão de utilizador.	3,32

CAPÍTULO XVI

DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS URBANOS

Quadro LXXXVII

Determinação do nível de Conservação de Prédios Urbanos

Descrição	Taxa€
1. Determinação do coeficiente de conservação	
1.1. Por fogo	2 U.C
1.2. Pela descrição de obras	0,5 U.C
2. As taxas previstas nos números 1 e 2 são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira	

CAPÍTULO XVII

AERÓDROMO

Quadro LXXXVIII

Tráfego

Descrição	Taxa€
1. Taxa de aterragem/descolagem (por unidade de tonelagem métrica)	
1.1. Até 2000 kg (inclusive)	4,15
1.2. Superior a 2000 kg	8,32
2. Taxa de estacionamento (aeronaves):	
2.1. Diário ar livre	4,15
2.2. Até 2 horas ar livre	1,04
2.3. De 2 a 12 horas ar livre	1,56
2.4. Mensal ao ar livre	77,89
3. Taxa de abrigo – utilização de hangar:	
3.1. Diária – estacionamento	20,76
3.2. Mensal – estacionamento	155,78
4. Taxa de serviço a passageiros (cada embarcado):	2,59
5. Taxa de abertura de aeródromo:	
5.1. das 7 às 8 horas/por hora	129,82
5.2. das 21 às 24 horas/por hora	129,82
5.3. das 24 às 7horas/por hora	311,56

NOTAS:

1. Estão isentas de pagamento de taxa de aterragem e descolagem:

1.1 As operações efetuadas em serviço exclusivo de transporte de Chefes de Estado ou de Governo, bem como de Ministros, em deslocação oficial, sempre que, em qualquer destes casos, seja indicado no plano de voo o respetivo estatuto, bem como as operações que se encontram ao abrigo de acordos de reciprocidade de tratamento, confirmados pelos Serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1.2 As operações efetuadas por aeronaves militares ou outras, em missão oficial militar não remunerada ou ao abrigo de acordos especiais que vinculem o Estado Português, confirmados pelas competentes entidades diplomáticas ou militares;

1.3 As operações de busca e salvamento, de resgate, de emergência médica, de segurança interna, de proteção civil, e missões humanitárias, mediante apresentação de documento comprovativo da missão em causa, o qual pode, no entanto, ser apresentado, nas situações de emergência declarada, até vinte e quatro horas após a realização do voo;

1.4 As aeronaves que efetuem aterragens por motivos de retorno forçado ao aeroporto, justificado por deficiências técnicas das mesmas, por razões meteorológicas ou por outras razões de força maior, devidamente comprovadas, quando não tenham utilizado outro aeroporto ou aeródromo.

2. As aeronaves que realizem voos locais de experiência, de ensaio de material, de instrução, de treino ou de exame beneficiam de uma redução de taxa de aterragem e descolagem de 50%;

3. As operações mencionadas nas alíneas a), b) e c) do n.º 1 ficam isentas do pagamento da taxa de estacionamento até ao máximo de 48 horas após a aterragem da aeronave desde que o aeródromo não seja a sua base;

4. A taxa de abrigo apenas confere direito à iluminação necessária às operações de entrada e saída no abrigo, sendo qualquer outra iluminação suplementar fornecida mediante o pagamento a fixar pelo seu custo acrescido dos valores de processamento administrativo;

5. Estão isentos do pagamento da taxa de serviço a passageiros:

5.1. As crianças com menos de 2 anos;

5.2. Os passageiros em trânsito direto;

5.3. Os passageiros de aeronaves que, por motivos de ordem técnica, meteorológica ou contingência similar, sejam forçados a regressar ao aeroporto ou aeródromo;

5.4. Os passageiros que embarquem nas aeronaves a que se referem as alíneas a), b) e c) do n.º 1 e do n.º 2;

6. Estão isentas do pagamento da taxa de abertura de aeródromo as operações de busca e salvamento, as missões de segurança interna ou proteção civil urgentes e inadiáveis e as missões humanitárias urgentes e inadiáveis, devidamente comprovada;
7. A Taxa de abrigo e estacionamento não confere o direito à prestação de qualquer serviço nem constitui o aeródromo em qualquer responsabilidade quanto à segurança das aeronaves.
8. A taxa de abertura do aeródromo não confere o direito à prestação de qualquer serviço nem constitui o aeródromo em qualquer responsabilidade quanto à segurança das aeronaves estacionadas;

Quadro LXXXIX

Controlo de terminal

Descrição	Taxa€
1. Taxa de controlo terminal (por cada operação de aterragem/descolagem – por aeronave)	
1.1. Até 2000 kg (inclusive)	1,04
1.2. Superior a 2000 kg	2,07

Quadro XC

Assistência em escala

Descrição	Taxa€
1. Taxa de assistência administrativa – aplicável a prestadores de serviços	12,10
2. Taxa de assistência a passageiros (por operação)	3,12
3. Taxa de assistência à carga e correio:	
3.1. Aplicável a prestadores de serviços	23,44
3.2. Em autoassistência por cada movimento de aterragem/descolagem	1,04
4. Taxa de assistência de operações na pista:	
4.1. Aplicável a prestadores de serviços	25,97
4.2. Em autoassistência por cada movimento de aterragem/descolagem	1,04

Quadro XCI

Ocupação de espaços, áreas e subsolo

Descrição	Taxa€
1. Taxa de ocupação:	
1.1. Espaços aéreos/ utilização de hangares – mês por m ²	6,23
1.2. Licenciamentos por ocupação de terreno e implantação – mês por m ²	2,84
1.3. Gabinetes - mês por m ²	10,38
1.4. Gabinetes aerogare - mês por m ²	15,58
1.5. Restaurante - mês	415,42
1.6. Tabacaria - mês	207,71
1.7. Air shopping - mês	207,71
1.8. Espaços exteriores - mês por m ²	4,15
1.9. Bar- mês	207,71

NOTA:

Estão isentos de taxas de ocupação, em relação às áreas mínimas necessárias para o exercício das suas atribuições, o INAC, I.P., a Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal, E.P.E., as autoridades responsáveis pelo controlo de fronteira e as entidades oficiais de informação turística ou outras entidades que legalmente lhes venham a suceder ou legislação específica vigente aplicável atribua essa isenção.

Quadro XCII

Outras de natureza comercial

Descrição	Taxa€
1. Taxa de equipamentos	
1.1. Limpeza de sanitários – por utilização mensal	15,58
2. Taxa de prestação serviços	
2.1. Limpeza de gabinetes – por gabinete	20,76
3. Taxa de consumo:	
3.1. de água para lavagem de aeronaves – por lavagem	15,58
3.2. de eletricidade nos gabinetes por m ²	1,04
4. Taxa de exploração:	
4.1. Acesso:	
4.1.1. Pessoal – 1.ª via por cartão	3,63
4.1.2. Pessoal – 2.ª via por cartão	7,79
4.1.3. Viaturas – lado ar	51,93
4.2. Armazenagem – definida por unidade/dia	23,37
4.3. Filmagem:	
4.3.1. Publicidade – até 8 horas	311,56
4.3.2. Publicidade – hora adicional	36,36
4.3.3. Cinema, televisão, outras - até 8 horas	207,71
4.3.4. Cinema, televisão, outras – hora adicional	25,97
4.4. Fotografia:	
4.4.1. Até 2 horas	207,71
4.4.2. Hora adicional	72,70
4.5. Reboque de manga	31,15
4.6. Utilização:	
4.6.1. Da pista de cicloturismo – por dia	103,84
4.6.2. De espaços lado terra – por dia e m ²	1,04
4.6.3. Do Táxi Way - por dia	207,71
4.6.4. Da pista aeronáutica – por dia	2596,34
5. Taxa de estacionamento de viaturas:	
5.1. Por dia	5,20
5.2. Por mês	31,15
6. Taxa de publicidade - Placards publicitários – por mês e m ²	7,79

NOTAS:

1. Estão isentas de pagamento de taxa de aterragem e descolagem:

1.1. As operações efetuadas em serviço exclusivo de transporte de Chefes de Estado ou de Governo, bem como de ministros, em deslocação oficial, sempre que, em qualquer destes casos, seja indicado no plano de voo o respetivo estatuto, bem como as operações que se encontrem ao abrigo de acordos de reciprocidade de tratamento, confirmados pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

1.2. As operações efetuadas por aeronaves militares ou outras, em missão oficial militar não remunerada ou ao abrigo de acordos especiais que vinculem o Estado Português, confirmados pelas competentes entidades diplomáticas ou militares;

1.3. As operações de busca e salvamento, de resgate, de emergência médica, de segurança interna, de proteção civil, e missões humanitárias, mediante apresentação de documento comprovativo da missão em causa, o qual pode, no entanto, ser apresentado, nas situações de emergência declarada, até vinte e quatro horas após a realização do voo;

2. Ficam isentas do pagamento taxa devida pela prestação relativamente à utilização dos serviços prestados pelo pessoal do aeródromo, estritamente necessários à sua operação e como tal reconhecida pela gestão do aeródromo, as operações previstas no n.º 1

NOTAS GERAIS DO CAPÍTULO:

1. As taxas constantes no presente capítulo não são exigíveis às Forças Armadas e forças e serviços de segurança, bem como à Autoridade Nacional de Proteção Civil, corpos de bombeiros em missões de segurança interna e proteção civil, quando no exercício de competências ou funções legais e em relação às áreas mínimas e meios de transporte oficiais ou de serviço necessários para o exercício das suas atribuições públicas, nem à Empresa de Meios Aéreos, S.A., aquando da disponibilização dos meios aéreos necessários à prossecução das missões públicas daquelas entidades;

2. Aplicam-se todas as isenções e reduções previstas na legislação específica vigente aplicável;

3. Os serviços do Município da Maia competentes pela gestão do aeródromo podem exigir prova das condições justificativas do direito às isenções e reduções referida no presente Capítulo.

CAPÍTULO XVIII

INTERRUPÇÕES E CONDICIONAMENTOS DE TRÂNSITO

Quadro XCIII

Interrupções e condicionamentos de trânsito

Descrição	Taxa €
1. Taxa para apreciação do processo	5,93
1.1. Emissão da licença	22,81
1.2. Taxa por alteração de datas	16,28
1.1. Taxa pela prorrogação de prazo	16,28